



REVISTA NECAT

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA SEMESTRAL DO
NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE



ANO 4, NÚMERO 7
JAN - JUN DE 2015
ISSN 2317-8523

EDITORIAL

Migrações internas no Brasil: tendências para o século XXI

Rosana Baeninger

Fontes de dados demográficos e estudos de população em Santa Catarina

Luís Felipe Aires Magalhães

A dinâmica demográfica de Santa Catarina no período pós 1991

Carla Craice da Silva

Thiago Pezzo

Migrações, desruralização, urbanização e violência em Santa Catarina

Juliano Giassi Goulart

Segregação socioespacial na grande Florianópolis: alguns apontamentos históricos e estatísticos

Luís Felipe Aires Magalhães

Vitor Hugo Tonin



SUMÁRIO

EDITORIAL	03
MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL: TENDÊNCIAS PARA O SÉCULO XXI Rosana Baeninger.....	09
FONTES DE DADOS DEMOGRÁFICOS E ESTUDOS DE POPULAÇÃO EM SANTA CATARINA Luís Felipe Aires Magalhães.....	23
A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DE SANTA CATARINA NO PERÍODO PÓS 1991 Carla Craice da Silva Thiago Pezzo.....	38
MIGRAÇÕES, DESRURALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E VIOLÊNCIA EM SANTA CATARINA Juliano Giassi Goularti.....	55
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA GRANDE FLORIANÓPOLIS: ALGUNS APONTAMENTOS HISTÓRICOS E ESTATÍSTICOS Luís Felipe Aires Magalhães Vitor Hugo Tonin.....	75

REVISTA NECAT

Revista semestral do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

Editores:

Prof. Lauro Mattei – UFSC

Comitê Editorial: André Luiz Campos de Andrade (UDESC); Ivo Marcos Theis (FURB); Lauro Mattei (UFSC); Valdir Alvim (UFSC)

Conselho Editorial

André Modenezi (UFRJ); André Moreira Cunha (UFGRS); Anthony Pereira (Kings College – Reino Unido); Anthony Hall (London School of Economics – Reino Unido); Fernando César de Macedo (IE-UNICAMP); Ivo Marcos Theis (FURB); José Rubens Garlipp (IE-UFU); Joshua Farley (Universidade de Vermont-EUA); Lauro Mattei (UFSC); Maurício Amazonas (UNB); Nelson Delgado (CPDA-UFRJ); Steven Helfand (Universidade da Califórnia – EUA); Valdir Alvim (UFSC).

Endereço:

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Departamento de Economia e Relações Internacionais. Campus Universitário, Trindade.
88040-900 – Florianópolis, SC, Brasil.

Revista NECAT – Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 4, nº 7, Jan-Jun. Florianópolis, NECAT, 2015.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

Página eletrônica: www.necat.ufsc.br/
E-mail: necat.ufsc@gmail.com

EDITORIAL

DINÂMICA DEMOGRÁFICA EM SANTA CATARINA NO SÉCULO XXI

O tema da demografia vem se transformando em um dos mais importantes assuntos dos debates contemporâneos, tendo em vista os impactos que os movimentos populacionais geram sobre a dinâmica econômica, social e política das sociedades. De um modo geral, nota-se que a mobilidade demográfica produz efeitos sobre a distribuição do conjunto da população, tanto em termos da situação domiciliar como em termos da conformação das próprias cidades.

Ao longo das últimas décadas foram observadas duas tendências básicas no estado de Santa Catarina: por um lado, constatou-se um processo de esvaziamento de áreas rurais em diversas regiões e, por outro, verificou-se a concentração da população nas áreas litorâneas do estado. Esse duplo movimento fortaleceu a tese defendida por muitos analistas de que em Santa Catarina estaria ocorrendo uma “litoralização” da população. De certo modo, o Censo Demográfico do IBGE de 2010 confirmou esse processo de mudança populacional que estava em curso em Santa Catarina desde o início dos anos de 1990, movimento este que levou a uma concentração de grande parte da população em áreas litorâneas, concomitantemente ao aparecimento de vazios demográficos em algumas microrregiões do interior.

Estes temas estiveram no centro das preocupações da Reforma Político-Administrativa do Estado implementadas por diversos governos de Santa Catarina a partir do ano de 2003. Na maioria dos casos, as ações visavam reduzir as disparidades regionais e, ao mesmo tempo, estancar o processo de deslocamento das populações das áreas rurais e de cidades do interior do estado em direção ao litoral.

É neste contexto que estudos sobre migrações internas em Santa Catarina continuam sendo de grande relevância para a compreensão geral da dinâmica demográfica estadual. Entendemos que essa questão está diretamente relacionada à concentração espacial das atividades produtivas e aos pilares que balizam o sistema capitalista de produção no estado catarinense. O surgimento de novas espacialidades só vem a confirmar a complexidade do problema, ao mesmo tempo em que abre portas para investigações futuras sobre o tema.

Foi pensando nesta direção que se organizou esse número especial da Revista NECAT, cuja temática está sendo abordada de diferentes maneiras, porém sem deixar de contextualizá-la no cenário nacional.

O primeiro artigo, “Migrações interna no Brasil: tendências para o século 21”, de autoria de Rosana Baeninger, busca apresentar novas explicações para as migrações no século

XXI à luz dos processos migratórios interno no Brasil no período entre 1970 e 2000. Para isso, a autora foca suas atenções na condição migratória em todas as unidades da federação no período entre 2000 e 2010.

Segundo a autora, “o cenário migratório do século 21 apresenta dois grandes vetores redistributivos nacionais. O primeiro é caracterizado pela “dispersão migratória metropolitana”, que em nível nacional é marcado pelos significativos volumes de migrantes de retorno interestaduais, em especial que partem das metrópoles brasileiras para outros estados. O segundo vetor se verifica no âmbito intra-estadual que também sai das metrópoles, com a conformação de importantes fluxos migratórios metrópole-interior. Indica, portanto, a “interiorização migratória”, onde trajetórias migratórias de mais curtas distâncias envolvem aglomerações urbanas e espaços não-metropolitanos, expressos na maior retenção de população migrante nos estados e nas regiões demográficas”.

Dentre as principais conclusões, destaca-se que “as migrações interestaduais no Brasil hoje espelham processos de interiorização da urbanização, de novas alocações de atividades econômicas, de reconfigurações regionais, onde se diversificam e se alteram os projetos migratórios dos indivíduos. A grande área de retenção migratória nacional do século 21 é o Estado de Goiás, e não mais os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Tais estados passaram a se configurar como áreas de rotatividade migratória com intensas idas-e-vindas de migrantes. As migrações de curta distância e no âmbito dos próprios estados, por sua vez, também refletem processos sociais importantes, com destaque para o último fio das migrações rurais-urbanas e a predominância das migrações urbanas-urbanas, em especial nos estados do Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina”.

Em síntese, a autora nos mostra que “em um contexto de enormes transformações na dinâmica produtiva, onde o setor terciário tem importante papel e o emprego na indústria oscila conforme o mercado internacional, a rotatividade migratória tenderá a se consolidar, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira”.

O segundo artigo, “Fontes de dados demográficos e estudos de população em Santa Catarina”, de autoria de Luís Felipe Aires Magalhães, analisa a disponibilidade, importância e problemas das principais fontes de dados demográficos quando se procura pesquisa e estudar a realidade social catarinense. Para o autor, “o conhecimento destas fontes de dados demográficos é importante para um diagnóstico mais detalhado e verossímil da realidade, o qual formulará, por seu turno, análises de conjuntura, planejamentos, avaliações de programas e estudos socioeconômicos de melhor qualidade”.

Assim, “tanto para formuladores de políticas públicas quanto para pesquisadores e grupos de estudos que lidam diretamente com o tema populacional, entender as características desta população (em termos de idade, sexo, localização no espaço, renda e mobilidade, por exemplo) requer necessariamente o domínio destas fontes e o entendimento de como extrair e refletir criticamente sobre estes dados – que também possuem seus limites e problemas, conforme veremos”.

Na sequência o autor apresenta e discute as principais fontes de dados populacionais disponíveis em Santa Catarina. Neste caso, destacam-se o Censo Demográfico (CD), que é uma fotografia estática da realidade populacional do país e/ou das unidades da federação; o Registro Civil (RC), que é a principal fonte de informações dinâmicas porque apresenta dados sobre alterações no tamanho e composição da população; a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que investiga as condições sociais, com ênfase nos temas do trabalho, renda, educação, saúde, nutrição, habitação, saneamento básico, etc.; e a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), a qual disponibiliza informações sobre a composição do orçamento doméstico e as condições de consumo das famílias brasileiras.

Em síntese, para o autor o conjunto dessas informações demográficas e suas fontes serão tão mais próximos à realidade quanto maior for a sua disponibilidade, a sua regularidade (frequência) e sua qualidade (abrangência).

O terceiro artigo, “A dinâmica demográfica em Santa Catarina no período posterior a 1991”, de autoria de Carla Craice e Thiago Pezzo, apresenta as principais características demográficas do estado de Santa Catarina, bem como de suas seis mesorregiões no período entre 1991 e 2010. Para tanto, são enfocados a composição, crescimento e distribuição populacional numa perspectiva de que “as características de determinada população são resultados, grosso modo, de processos sociais, econômicos, políticos não só internos à área como também nas relações com outros espaços”.

Assim, após identificar os principais fatores sociais e econômicos que contextualizam a atual situação demográfica de Santa Catarina, os autores destacam as mudanças em termos de crescimento e distribuição da população no conjunto do estado, bem como nas seis mesorregiões, mostrando que “a dinâmica recente de Santa Catarina caracteriza-se por um processo de redistribuição de sua população, com crescimento populacional – sobretudo via saldos migratórios positivos – e concentração de sua população no litoral do território catarinense”.

De um modo geral, o artigo mostra que há um predomínio de fixação da população em áreas urbanas, ao mesmo tempo em que se observa uma diminuição contínua da população domiciliada em áreas rurais, especialmente nas mesorregiões Oeste e Sul Catarinense. Além disso, verificou que a população catarinense não se distribui homoganeamente pelo território, ocorrendo certa concentração em determinadas mesorregiões, com destaque para os casos do Vale do Itajaí e do Norte Catarinense.

Esse processo histórico tem provocado “uma elevação da concentração populacional (40% da população catarinense vive nas dez maiores cidades do estado, que ocupam, por seu turno, apenas 3,4% do território barriga-verde), especialmente no litoral do estado”. Além disso, o estudo mostrou que, em termos das trocas migratórias do estado de Santa Catarina com as demais Unidades da Federação, o estado totalizou um ganho no período considerado de 206.701 pessoas, o que significa que mais pessoas chegam à Santa Catarina, comparativamente àquelas que saem do estado.

O quarto artigo, “Migrações, desruralização, urbanização e violência em Santa Catarina”, de autoria de Juliano Giassi Goularti, analisa a mobilidade espacial no estado de Santa Catarina no período entre a segunda metade do século XX e a primeira década do século XXI, tratando as migrações internas como “um fenômeno estrutural que segue o processo de industrialização e por melhores condições de vida”.

Para o autor, “as principais determinações do processo de urbanização em Santa Catarina entre os anos de 1960 e 2010 decorreram, basicamente, da industrialização, da especialização regional e das políticas de desenvolvimento regional desigual”. Segundo dados do IBGE (2011), a taxa de urbanização no estado passou de 21,32%, em 1940, para 59,41%, em 1980, e para 83,90%, em 2010.

Esse movimento provocou uma concentração populacional, tanto nas grandes cidades como na região litorânea. Assim, atualmente 12 municípios possuem população acima de 100.000 mil habitantes e somente um município detém população acima de 500.000 mil (Joinville). Ao mesmo tempo, o estado possui 36 municípios costeiros que representam $\frac{1}{3}$ da população catarinense, com uma densidade demográfica de 187 hab/km², sendo que a densidade demográfica no estado no ano de 2010 era de 65,27 hab/km². Além disso, verifica-se que entre 2000 e 2010 cresceu de 47 para 55 o número de municípios com população de 1 até 3.000 mil habitantes e ocorreu uma diminuição de 41 para 29 do número de municípios com população entre 5.001 até 7.000 mil habitantes, o que indica que houve uma migração da

população residente. Por fim, é digno de registro que entre o último período censitário notou-se que, dos 293 municípios catarinenses, 99 deles registraram perdas populacionais.

Em síntese, os dados analisados permitiram ao autor afirmar que “nas últimas décadas Santa Catarina vem vivenciando um amplo processo de transformação no que se refere a sua distribuição populacional. Uma dessas transformações é que, enquanto os municípios litorâneos receberam migrantes e apresentaram crescimento populacional acima da média estadual, os municípios do Planalto Serrano e do Oeste catarinense sofreram uma redução populacional ou apresentaram saldos migratórios negativos, ou seja, estão vivenciando um processo de desruralização”.

O quinto artigo “Segregação sócioespacial na região da Grande Florianópolis: alguns apontamentos históricos e estatísticos”, de autoria de Luís Felipe Aires Magalhães e Vitor Hugo Tonin, discute o processo de segregação sócioespacial em curso na Grande Florianópolis procurando apontar suas origens e suas principais consequências, especialmente sobre as condições de vida e de moradia. Por um lado, serão abordadas as contradições sociais e econômicas no espaço urbano da Grande Florianópolis e, por outro, o surgimento e desenvolvimento de movimentos populares que lutam por moradia.

Para os autores, “a segregação sócioespacial na Grande Florianópolis não é um fenômeno recente, pelo contrário: trata-se de um processo, atualmente em curso acelerado, vigente na região desde a passagem do século XIX ao século XX, quando da ocupação da região insular da Grande Florianópolis e da pressão para que a população negra deixasse de habitar o centro da cidade”. Com isso, observa-se que a população de Florianópolis cresceu por meio do balanço destes movimentos externos e internos e do acúmulo destas contradições urbanas.

Com isso, concluem que “o crescimento populacional de Florianópolis, associado à apropriação do espaço pelos grupos econômicos vinculados à especulação imobiliária e ao setor de turismo, se dá em um contexto de segregação sócioespacial, espoliação urbana e superexploração da força de trabalho. Estes três pontos associam-se entre si e promovem uma alteração na dinâmica urbana da cidade: o crescente processo de periferização não apenas vertical como também horizontal, ou seja, a expansão da ocupação de áreas ainda mais isoladas do centro urbano, nas periferias de São José e de Palhoça, especialmente. Em outras palavras, a segregação sócioespacial rompe os limites insulares; de um processo em curso no município de Florianópolis, torna-se um fenômeno social urbano capaz de organizar a vida e a

ocupação do solo mesmo nas cidades mais próximas (São José, Palhoça e Biguaçu), que são incorporadas, com isto, à dinâmica de valorização fundiária irradiada desde a ilha”.

Com mais este número de sua revista eletrônica, o NECAT espera estar dando sua contribuição sobre a realidade catarinense, particularmente no tema relativo ao dinamismo populacional em curso no estado.

MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL: TENDÊNCIAS PARA O SÉCULO XXI¹

Rosana Baeninger²

Resumo: O texto analisa as migrações internas no Brasil com ênfase nas tendências atuais do século 21. Objetiva traçar um breve histórico das migrações a partir dos anos 1970 e as novas direções e sentidos das migrações no país. Indica que o cenário migratório do século 21 apresenta dois grandes vetores redistributivos nacionais, um vetor caracterizado pela “dispersão migratória metropolitana” - que em nível nacional é marcado pelos significativos volumes de migrantes de retorno interestaduais, em especial que partem das metrópoles brasileiras para outros estados - e o segundo vetor em âmbito intra-estadual que também sai das metrópoles, com a conformação de importantes fluxos migratórios metrópole-interior, com a “interiorização migratória”. O estudo propõe também o entendimento das migrações a partir da rotatividade migratória, em função da fluidez da inserção das localidades na divisão social do trabalho dentro e fora do país.

Palavras-chave: Brasil; Migrações; Tendências atuais.

INTERNAL MIGRATION IN BRAZIL: TRENDS FOR THE XXI CENTURY

Abstract: The paper analyzes internal migration in Brazil with an emphasis on current trends of the 21st century aims trace a brief history of migration from the 1970s and the new directions and meanings of migration in the country. It indicates that the migration of the century setting 21 has two major national redistributive vectors, a vector characterized by "metropolitan migratory dispersion" - than at the national level is marked by significant volumes of interstate return migrants, especially departing from Brazilian cities to other states - and the second vector in intra-state level that also comes out of the cities, with the conformation of important migratory flows metropolis-inside with a "migratory internalization." The study also proposes the understanding of migration from the migration turnover, due to the fluidity of the insertion of the localities in the social division of labor within and outside the country.

Key-words: Brazil; Migration; Current Trends.

¹ Este estudo se beneficia dos resultados do projeto temático Observatório das Migrações em São Paulo, que conta com o apoio da FAPESP e CNPq.

² Professora Doutora do departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email: baeninger@nepo.unicamp.br

1. INTRODUÇÃO

Ao entrarmos no século XXI, o cenário para o entendimento das migrações internas se amplia. É preciso considerar, além do contexto nacional, as transformações advindas da nova ordem internacional na divisão social do trabalho no mundo.

Tornam-se, por vezes, limitadas as explicações das migrações internas no país apenas pelos movimentos estruturais ou conjunturais da dinâmica da economia brasileira. A inserção periférica de espaços nacionais no âmbito da atual globalização passa a incluir dinâmicas locais ao cenário transnacional, onde a penetração e expansão do capitalismo expressa novos arranjos das migrações internas.

É nesse contexto, que este estudo procura incorporar, considerando os processos migratórios internos no Brasil no período 1970 a 2000, novas explicações para as migrações no século XXI. A defasagem entre as dinâmicas econômica e migratória que se redesenhou - com maior ênfase a partir dos anos 1990 - reflete os processos de reestruturação econômica em uma nova sociedade global. Assim, a dinâmica econômica do local/nacional se estabelece como o pano-de-fundo das migrações, mas não como a única determinante – diferentemente de quando estávamos no século XX. Nas migrações internas, no século XXI, emergem indícios de formas sociais globais nos processos migratórios, onde a tendência à rotatividade migratória permite captar a fluidez da força de trabalho na divisão social e espacial do trabalho nas distintas localidades nacionais.

Neste estudo focalizaremos a importância das tendências referentes à condição migratória (área de retenção migratória, área de rotatividade migratória, área de perda migratória) das Unidades da Federação no Brasil para o período 2000-2010.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES NOS ANOS 1970-2000

Os últimos cinquenta anos do século XX e os primeiros anos do século XXI denotaram profundas alterações para as migrações internas no Brasil. Essas migrações reorganizaram a população no território nacional. De um lado, até o final do século 20, as vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas foram os eixos da dinâmica da distribuição espacial da população no âmbito interestadual, muito embora a primeira vertente detivesse os fluxos mais volumosos. De outro lado, o século XXI aponta nova configuração

das migrações internas, com a redinamização de antigas áreas de expulsão, o retorno migratório e intensa rotatividade migratória (Baeninger, 2012).

Nesse sentido, as análises a respeito do processo de distribuição espacial da população no Brasil nos anos 1970, e até mesmo durante a década de 1980, estiveram baseadas e preocupadas em apontar o crescente e intenso movimento de concentração da migração, com a predominância do fluxo para o Sudeste; do processo de urbanização, com a enorme transferência de população do campo para a cidade, quando cerca de 30 milhões deixaram as áreas rurais (Martine, 1994); e, da concentração da população, manifestada no processo de metropolização.

De fato, essas características representaram e compuseram a sociedade urbano-industrial brasileira (Faria, 1991), com a concentração tanto de atividades econômicas quanto populacional. É revelador nesse processo, no entanto, que os efeitos da desconcentração relativa das atividades econômicas iniciados no decorrer dos anos 1970, não tivesse tido reflexos imediatos nos deslocamentos populacionais captados pelo censo demográfico de 1980; somente no período 1981-1991 e 1991-2000 é que esse processo tornou-se mais evidente, sugerindo uma defasagem entre os deslocamentos das atividades econômicas e os deslocamentos de população.

No entanto, além das “trajetórias dominantes” (Brito, 1997) fenômenos de suma importância para a dinâmica da mobilidade espacial da população já emergiam naquele período. Um deles referia-se ao retorno migratório para alguns estados já nos anos 1970, apontando o incipiente processo de reversão emigratória das áreas, como os casos da região Sul e de Santa Catarina. Outro aspecto a considerar refere-se aos possíveis destinos migratórios nos anos 1970. Martine e Carvalho (1989) sintetizam os deslocamentos populacionais, desse período, destacando a ocorrência do aumento do número de estados expulsos de população e a redução dos receptores. Na verdade, das vinte e seis Unidades da Federação existentes em 1980, onze delas haviam registrado trocas migratórias positivas com outros estados, das quais cinco estavam no Norte, indicando que entre 1970-1980 essa fronteira foi capaz de aumentar o número de estados absorvedores de população no país; no cômputo geral, havia, nos anos 1970, mais estados “perdedores” que “ganhadores” de população. Essa situação inverteu-se na década seguinte, com os anos 1980 entrando na história migratória recente do país com o maior número de “espaços ganhadores” nas migrações interestaduais, tendência que se acentuou até os anos 2000.

No caso da região Sul, o período 1970-1980 indicou um fluxo de imigrantes de 923.260, dos quais 52.386 migrantes se dirigiram para o Paraná, 24.563 para Santa Catarina e 15.377 migrantes para o Rio Grande do Sul. Para o período 1980-1991, este volume de imigrantes passou para 1.267.156 migrantes internos, dos quais 58.809 para o Paraná, 3.992 migrantes para Santa Catarina e 23.395 migrantes para o Rio Grande do Sul. Dentre os estados da região Sul, é no volume de emigração que se nota a nova dinâmica do estado de Santa Catarina já nos anos 1970, quando sua emigração foi menor (24.288) que sua imigração, resultando em um saldo migratório positivo de 275 pessoas para este estado entre 1970-1980 e se consolidando como um espaço ganhador nas migrações internas no país a partir de 1980.

O final do século XX apresentou significativas mudanças econômicas que tiveram rebatimentos sobre os movimentos migratórios. Ao lado do processo de esgotamento das fronteiras agrícolas, o país conviveu com o importante processo de desconcentração relativa da indústria, que implicou na alteração da distribuição das atividades econômicas, em particular as industriais (Pacheco, 1998). Para esse período, pode-se concluir que essa desconcentração relativa da indústria propiciou também fluxos migratórios nessas direções, bem como reteve uma população que potencialmente migraria destas áreas.

Foi particularmente importante no período 1981-1991, o movimento de retorno aos estados de nascimento, os quais também contribuíram para a elevação no número de estados ganhadores. Este é o caso de Santa Catarina, que como estado ganhador no período 1980-1991 e 1991-2000, teve mais 25% de sua migração caracterizada como de retorno nos respectivos períodos.

Na continuidade das mudanças nos movimentos migratórios, as tendências na migração interna no Brasil no período 1991-2000 apontaram: 1) Os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas; 2) Mantiveram-se como *área de absorção* de fluxos de longa distância, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste; 3) Houve a recuperação migratória no âmbito intrarregional de “espaços perdedores” no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos; 4) Houve o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intrarregional, com a maior parte dos estados tornando-se “ganhadores” de população - mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos, como é o caso de Santa Catarina.

A análise dos movimentos migratórios, em anos recentes indica o reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração, agora, no entanto, muito mais relacionados ao âmbito de suas próprias regiões.

3. MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS: UM NOVO OLHAR PARA O SÉCULO XXI

No início do século XXI, as migrações internas tornaram-se ainda mais complexas, sem a definição – que anteriormente poderia se visualizar – dos rumos da migração no país, considerando o comportamento verificado em décadas anteriores.

As análises recentes acerca dos processos migratórios permitem apontar a redefinição da relação migração-industrialização (Singer, 1973), migração-fronteira agrícola (Martine e Camargo, 1984), migração-desconcentração industrial (Matos, 2000; Baeninger, 1999), migração-emprego e migração-mobilidade social (Faria, 1991).

O contexto atual da economia e da reestruturação produtiva, em anos recentes, induz um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, reemigração, outras etapas – que pode ser mesmo o próprio local de origem antes do próximo refluxo para o último destino. Assim, as migrações assumem um caráter mais reversível (Domenach e Picouet, 1990) do que nas explicações que nos pautávamos até o final do século XX. Essa reversibilidade diz respeito, tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem como às de destino, com o incremento da migração de retorno.

É nesse contexto, que a migração interestadual, para o conjunto do país, continuou em patamares expressivos: 9.587.459 pessoas entre 1970-1980, 10.614.223 pessoas entre 1980-1991, 12.478.790 entre 1991-2000, e, 11.407.076 pessoas entre 2000-2010. Esse decréscimo da virada do século XX para o XXI, não significa, contudo, uma tendência à estagnação das migrações; ao contrário, denota outros arranjos da própria migração interna, bem como seus atuais desdobramentos, com novas modalidades de deslocamentos populacionais em âmbitos locais e regionais. São Paulo passou, por exemplo, a ter saldo migratório negativo com diferentes estados do Nordeste e com demais regiões do país; o Nordeste apresenta intensas migrações com o Centro-Oeste; e Santa Catarina concentra processos migratórios regionais.

Nesse contexto de redefinição de áreas de retenção, perdas e rotatividade migratórias (entram migrantes e saem migrantes), redesenha-se a mobilidade espacial da população no Brasil, com processos migratórios que resultam na expansão dos espaços de rotatividade

migratória. A tendência de perda migratória do Sudeste revela a consolidação dos espaços da migração no país, onde a complementaridade migratória - historicamente existente entre Nordeste-Sudeste – se redefine num cenário de rotatividade migratória.

Desse modo, o cenário migratório do século XXI apresenta dois grandes vetores redistributivos nacionais. O primeiro é caracterizado pela “dispersão migratória metropolitana”, que em nível nacional é marcado pelos significativos volumes de migrantes de retorno interestaduais, em especial que partem das metrópoles brasileiras para outros estados. O segundo vetor se verifica no âmbito intra-estadual que também sai das metrópoles, com a conformação de importantes fluxos migratórios metrópole-interior. Indica, portanto, a “interiorização migratória”, onde trajetórias migratórias de mais curtas distâncias envolvem aglomerações urbanas e espaços não-metropolitanos, expressos na maior retenção de população migrante nos estados e nas regiões demográficas.

Pode-se caracterizar os espaços da migração no Brasil nos últimos anos da seguinte maneira: i) área de retenção migratória nacional e regional, ou seja, o novo pólo das migrações, o Estado de Goiás, situado na região Centro-Oeste e área de expansão do complexo grãos-carne no país; ii) áreas de retenção migratória regional, estados do Mato Grosso (Região Centro-Oeste), Pará (Região Norte), Rio Grande do Norte (Região Nordeste), Espírito Santo (Região Sudeste) e Santa Catarina (Região Sul); iii) área de rotatividade migratória nacional: São Paulo e Rio de Janeiro, em especial suas metrópoles - expressões territoriais do fordismo nos anos 1970/1980 no Brasil.

Assim, observa-se nas migrações internas no Brasil da primeira década do século XXI, três vertentes: 1) localizada na faixa que se estende do Mato Grosso passando por Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí até o Pará, caracterizada pelas maiores áreas de retenção migratória; 2) o outro corredor da migração nacional é historicamente conformado pelos fluxos Nordeste-Sudeste, e agora pelos seus refluxos Sudeste-Nordeste, onde transitam os volumes mais elevados da migração do país, com intensas áreas de rotatividade migratória; 3) reconfiguração de espacialidades migratórias em âmbito sub-regional, como são os casos de Minas Gerais, Bahia e São Paulo. Essas espacialidades sub-regionais também são observadas na Região Sul, com o estado de Santa Catarina como área de forte absorção migratória regional. Já no extremo norte do país, antiga área de fronteira agrícola, há baixa mobilidade populacional de longa distância, mas centralidade migratória do Amazonas na recepção dos fluxos migratórios do Pará e da atual retenção migratória de Roraima.

4. ROTATIVIDADE MIGRATÓRIA: CONCEITO PARA AS MIGRAÇÕES NO SÉCULO XXI

O fenômeno migratório atual apresenta especificidades que indicam tanto sua complexidade, advinda do processo de reestruturação urbana e econômica, quanto seu importante papel na conformação de espaços regionais e locais. O entendimento do fenômeno como processo histórico-social, como já indicava Singer (1973), constitui a raiz do entendimento também para os processos migratórios urbanos atuais.

As localidades de partida e chegada, contudo, não se configuram mais como as antigas áreas de origem e destino conforme pensadas para a migração rural-urbana desde suas formulações clássicas (Lee, 1960, Singer, 1973). O expressivo retorno migratório revela configurações da migração e de trajetórias urbanas-urbanas não contempladas nos conceitos datados em seu tempo histórico.

Poder-se-ia, então, recorrer ao conceito de circulação para as análises dos processos migratórios atuais?

Zelinsk (1971) define circulação como uma etapa de transição para movimentos migratórios permanentes, diferenciando circulação de migração, uma vez que a primeira não implica em mudança de residência e com restrita temporalidade. Nesta mesma direção, Chapman, Muray e Prothero (1985) denominam circulação como um conceito que substitui migração, quando não há mudança permanente de residência. Skeldon (1990: 293) destaca “(...) the process of wage labor circulation must refer to many interrelated macro factors – land inequality, pauperization, uprooting, rural exodus, conditions maintaining both rural and urban poverty, disarticulation of links between village and town, spatial-economic disorganization, urban polarization of resources, the parasitic character of urban areas and possibly many more. Collectively these may be called the working of a syndrome of poverty and mobility. Wage labour circulation is just one manifestation of this syndrome”.

Essas interpretações conceituais, portanto, ainda estão baseadas em um excedente populacional na origem rural que circula por trabalhos sazonais ou temporários no lugar de destino. Ainda na perspectiva das migrações rurais-urbanas, a circulação traduziria a complementaridade dos deslocamentos de população; tais conceitos partem de uma sociedade em transição para o mundo urbano, onde as mudanças na estrutura agrária geram um contingente de “força de trabalho móvel” (Spaan, 1999).

A circulação, em sua formulação clássica, traduz a força de trabalho disponível em meio às transformações geradas pelo urbano e pela industrialização. Considera-se, contudo, que este conceito de circularidade, na etapa atual da sociedade urbanizada encontra limites para contemplar a complexidade do fenômeno migratório, uma vez que se baseia em áreas de origem menos dinâmicas para áreas de destino com dinâmicas produtivas e capacidade em emprego, mesmo que temporários ou sazonais. O olhar é para o destino migratório.

O conceito de rotatividade migratória contempla, por sua vez, como primeiro pressuposto, tratar-se de um fenômeno migratório voltado para a economia urbana – mesmo que tenha origem no rural e o trabalho seja na agricultura, pois se trata de complexos agroindustriais e do agronegócio - e que também no âmbito das migrações internas constitui um fato social total (Sayad, 1990). Ou seja, a imigração e a emigração fazem parte de um mesmo processo social, sendo um fenômeno que comporta transformações na esfera social, na dimensão econômica e cultural no local de partida e de chegada.

A segunda premissa do conceito de rotatividade migratória vincula-se à expansão clássica do capitalismo com a circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional. No contexto atual, esse é um excedente populacional urbano gerado tanto na área de origem como na área de destino, que será rotativo dependendo das necessidades do capital e da inserção dessas localidades na divisão social e territorial do trabalho em âmbito nacional e internacional. A rotatividade da mão de obra nos processos migratórios – via rotatividade migratória – contribuirá para atender as demandas e custo da força de trabalho nos locais de chegada e de partida.

A releitura do conceito de força de trabalho móvel pode ser contemplada como uma dimensão das migrações internas urbanas da atualidade. No contexto atual da reestruturação da economia em nível internacional e seus rebatimentos em âmbitos locais (Harvey, 1992), a força de trabalho móvel urbana tende a crescer, em especial em uma economia baseada nos serviços, com a fluidez também dos movimentos migratórios no atual processo de urbanização.

O conceito de rotatividade migratória pressupõe, ainda, a dimensão espacial para o entendimento dos processos migratórios (Villa e Rodriguez, 1994) e, mais que isto, seus espaços de vida (Courgeau, 1988), com idas-e-vindas, retornos, temporalidades limitadas. Desse modo, a rotatividade migratória pode estar vinculada a espaços regionais, fronteiriços, nacionais e até mesmo internacionais.

A passagem da “condição migratória” das localidades como áreas de retenção, áreas de perda ou áreas de rotatividade migratória, operacionalmente apreendidas a partir do índice de eficácia migratória (imigração-emigração/imigração + emigração), depende de situações conjunturais e da inserção dos espaços da migração na divisão internacional do trabalho. A Tabela 1 apresenta a condição migratória das Unidades da Federação no Brasil em relação à migração interestadual.

As migrações interestaduais no Brasil hoje espelham processos de interiorização da urbanização, de novas alocações de atividades econômicas, de reconfigurações regionais, onde se diversificam e se alteram os projetos migratórios dos indivíduos. A grande área de retenção migratória nacional do século XXI é o Estado de Goiás, e não mais São Paulo e Rio de Janeiro. Tais estados passaram a se configurar como áreas de rotatividade migratória com intensas idas-e-vindas de migrantes. As migrações de curta distância e no âmbito dos próprios estados, por sua vez, também refletem processos sociais importantes, com destaque para o último fio das migrações rurais-urbanas e a predominância das migrações urbanas-urbanas, em especial nos estados do Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina

Tabela 1 - Volume de Imigrantes e Emigrantes e Condição Migratória Interestadual. Regiões e Unidades da Federação do Brasil, 2000-2010.

Regiões e UF	BRASIL			
	Imigração	Emigração	Trocas Migratórias	IEM
Norte	1.147.743	1.000.781	146.962	0,07 Rotatividade migratória
Nordeste	2.381.889	4.080.204	-1.698.315	-0,26 Perda migratória
Sudeste	4.410.181	3.597.042	813.139	0,1 Rotatividade migratória
Sul	1.559.832	1.450.774	109.058	0,04 Rotatividade migratória
C. Oeste	1.907.431	1.278.275	629.156	0,2 Rotatividade migratória
TOTAL		11. 407. 076		
Rondônia	152.914	136.367	16.547	0,06 Rotatividade
Acre	33.501	34.377	-876	-0,01 rotatividade
Amazonas	171.151	122.441	48.710	0,17 Rotatividade
Roraima	62.078	25.601	36.477	0,42 Retenção regional
Pará	451.988	460.689	-8.701	-0,01 Rotatividade
Amapá	85.690	36.882	48.808	0,4 Retenção regional
Tocantins	190.421	184.424	5.997	0,02 Rotatividade
Maranhão	268.487	677.350	-408.863	-0,43 Perda migratória
Piauí	173.776	351.306	-177.530	-0,34 Perda migratória
Ceará	309.027	452.275	-143.248	-0,19 Rotatividade
R.G.Norte	161.443	140.981	20.462	0,07 Rotatividade
Paraíba	223.337	324.489	-101.152	-0,18 Rotatividade
Pernambuco	370.987	588.262	-217.275	-0,23 Perda migratória
Alagoas	143.703	307.060	-163.357	-0,36 Perda migratória
Sergipe	121.924	118.966	2.958	0,01 Rotatividade
Bahia	609.205	1.119.515	-510.310	-0,3 Rotatividade
Minas Gerais	914.847	986.045	-71.198	-0,04 Rotatividade
Espírito Santo	286.428	185.623	100.805	0,21 Rotatividade
Rio Janeiro	701.275	585.180	116.095	0,09 Rotatividade
São Paulo	2.507.631	1.840.193	667.438	0,15 Rotatividade
Paraná	649.067	738.089	-89.022	-0,06 Rotatividade
Santa Catarina	618.129	328.653	289.476	0,31 Retenção migratória regional
Rio G. do Sul	292.636	384.031	-91.395	-0,14 Rotatividade
Mato G. Sul	227.334	197.269	30.065	0,07 Rotatividade
Mato Grosso	386.904	359.182	27.722	0,04 Rotatividade
Goiás	817.939	393.761	424.178	0,35 Retenção migratória nacional
D. Federal	475.254	428.063	47.191	0,05 Rotatividade migratória

Nota: refere-se aos migrantes de última etapa na década de 2000-2010. Exclui sem especificação; utilizou-se pro-rata para o volume final dos fluxos.

Índice de Eficácia Migratória: -0,10 a 0,19 Rotatividade Migratória; maior que -0,20 Perda Migratória; maior que 0,20 Retenção Migratória

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010. Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP, FAPESP-CNPq).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As migrações no século XXI redefinem seus polos, configurando mais áreas de retenção da migração do que áreas com uma tendência polarizadora de longa permanência, como foi o caso das regiões Sudeste e Sul nos últimos cinquenta anos. Essas modificações são resultados de inúmeras transformações ocorridas no cenário econômico internacional e nacional, que trouxeram efeitos em termos políticos e econômicos. Tais mudanças exercem efeitos sobre a decisão de migrar, e num contexto mais atual, sobre a decisão de permanecer ou não na Região/Estado para a qual migrou em tempos passado.

Em um contexto de enormes transformações na dinâmica produtiva, onde o setor terciário tem importante papel e o emprego na indústria oscila conforme o mercado internacional, a rotatividade migratória tenderá a se consolidar, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira.

Nesse cenário, torna-se cada vez mais evidente a complexidade do entendimento das migrações internas na sociedade brasileira do século XXI. Encontrar caminhos teórico-metodológicos para a nova leitura das migrações internas no Brasil, requer considerar que para a conceituação de rotatividade migratória torna-se importante destacar que estamos diante de uma nova sociedade: reflexiva (Giddens, 1991), de risco (Beck, 1992), da tecnologia da informação (Castells, 1999). Assim, no caso da compreensão de espaços de “partida e chegada” tão difusos é imprescindível considerar a articulação de processos locais ao âmbito regional e global, que promovem “mecanismos de desencaixe” como efeito das relações entre o local e o global (Giddens, 1991), com reflexos nos processos de urbanização e nas migrações nos variados contextos regionais.

Por sua vez, as novas territorialidades e os espaços da migração aceleram seu processo de emergência na sociedade de riscos. Nesta, os riscos são compartilhados (Ojima, 2003) e, portanto, a rotatividade migratória – marcada por entradas e saídas - está imersa em um conjunto de “sistemas peritos” da sociedade (Giddens, 1991): desde a facilidade de transportes até a conformação de novos espaços da migração no âmbito local e regional. A intensificação de áreas com rotatividade migratória no país indica a fluidez da força de trabalho em espaços compartilhados da sociedade de risco. Esse parece ser um caminho promissor para o aprofundamento das interpretações acerca do fenômeno migratório na contemporaneidade e os seus processos de configuração de espaços regionais.

Por um lado, a análise de fluxos e estoques de migrantes internos pode desconsiderar a multiplicidade e formas das dinâmicas de deslocamentos de população, mas este é o desafio que teremos que enfrentar. Por outro lado, há a dificuldade em classificar as migrações como temporárias ou permanentes e, mais que isto, a dificuldade em definir o lugar de residência de um indivíduo, pois este depende de sua percepção subjetiva, do sentimento de pertencimento e de apropriação espacial, que nem sempre coincide com o lugar de residência. Contudo, como analisa Cougeau (1988), dada a dificuldade de se estabelecer a fronteira clara entre o que é uma mobilidade temporária do que é uma migração de longa permanência, é recomendável compreendê-las simultaneamente, definindo a porção do espaço onde os indivíduos realizam suas atividades. Acredito que este seja um caminho teórico-conceitual importante para as explicações da migração no âmbito da construção social de seus espaços no século XXI, tanto como entendimento dos processos mais amplos que ocorrem no âmbito global (Sassen, 2010), como para as manifestações do local que se definem nesses espaços da migração interna e suas vinculações com demais processos internos e internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, R. **Fases e Faces da Migração em São Paulo**. NEPO-UNICAMP/FAPESP-CNPq, 2012

BAENINGER, R. Região, Metrópole e Interior: **Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes**. Brasil, 1980-1996. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 1999.

BECK, U. **Risk Society: Towards a new modernity**. Sage Publications, London, 1992.

BILSBORROW, R. E. (org.). **Migration, urbanization and development: new directions and issues**. New York : UNFPA/Kluwer, 1996.

BRITO, F. (1997), “**População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro**”, Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Econômicas, CEDEPLAR/UFMG.

BRITO, F e CARVALHO, J.A. **As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes**. Parcerias Estratégicas, CGEE, n.22, junho 2006.

CANO, W. **Migrações, desenvolvimento e crise no Brasil**. Campinas : Instituto de Economia/UNICAMP, 1996.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Paz e Terra, 1999.

CELADE (Centro Latinoamericano de Demografía). **Dinâmica de la población en las grandes ciudades en América Latina y Caribe**. Documentos Docentes, Santiago de Chile, 1994.

CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M. **Themes on circulation in the Third World**. Circulation in Third World countries. Londres: Routledge & Kegan Paul, p. 1–26, 1985.

COURGEAU D. **Méthodes de Mesure de la Mobilité Spaciale: migration internes, mobilité temporaire, navettes**. L'Institut National D'Estudes Démographiques, Paris, 1988.

CUNHA, J. M. e BAENINGER, R. **Cenários da Migração no Brasil nos anos 90**. Cadernos do CRH, Salvador, v.18, n.43, jan/abr.2005

DOMENACH, H.; PICOUE, M. **El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración**. Notas de Población, Santiago de Chile, CELADE, n.49, 1990

EBANKS, E. G. **Determinantes socioeconómicos de la migración interna**. Santiago de Chile, CELADE, 1993.

FARIA, V. **Cinqüenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas**. Novos Estudos CEBRAP 29, São Paulo, p.98-119, mar.1991.

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. SP, Editora UNESP, 1991.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. Editora Loyola, São Paulo, 1992.

HAKKERT, R. e MARTINE, G. **Tendências Migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004**. Parcerias Estratégicas, CGEE, n.22, junho 2006.

LATTES, A. E. **Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration?** In: Population, distribution and migration. New York : United Nations, 1998.

LEE, E. S. **Uma teoria sobre a migração**. In: MOURA, H. (Org.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980. (original 1960)

MARTINE, G. **“A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80”**, *Textos para Discussão 329*, Brasília.1994

MARTINE, G. **A evolução espacial da população brasileira**. In:AFFONSO, R. B. A., SILVA, P. L. B. (orgs.). Desigualdades regionais e desenvolvimento (Federalismo no Brasil). São Paulo: FUNDAP/Ed. UNESP, 1995. p.61-91.

MARTINE, G.; Carvalho, J. A. M. (1989), **Cenários demográficos para o século 21 e algumas implicações sociais**, Campinas, Editora da UNICAMP. (Trabalho apresentado no seminário Brasil Século XXI).

MARTINE, G., CAMARGO, L. **Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes.** Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, ABEP, 1(2), p.99-143, jan./dez.1984.

OJIMA, R. **Instituições políticas e Mudança Ambiental: os novos arranjos institucionais na gestão de recursos hídricos e suas interfaces políticas.** UNICAMP, Dissertação de Mestrado, Campinas, 2003.

PACHECO, C. **Fragmentação da nação.** Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

SINGER, P. (1973). **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo.** Economia política da urbanização. São Paulo: Editora Brasiliense e CEBRAP, p. 29-60.

SKELDON, R. **Population Mobility in Developing Countries.** London; New York: Bedhaven Press, 1990.

SPAAN, E. **Labour circulation and socioeconomic transformation.** The case of East Java, Indonesia. Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute - Report n. 56, The Hague, 1999.

STARK, O.; TAYLOR, J. E. **Relative deprivation and international migration.** Demography, v. 26, n. 1, p. 1-14, 1989

SASSEN, S. **The Mobility of Labor and Capital.** Cambridge University Press. 1988.

VILLA, M., RODRIGUEZ, J. Dinámica sociodemográfica de las metrópolis latinoamericanas. In: Grandes ciudades de América Latina: dos capítulos. Documentos Docentes, Santiago de Chile, Centro Latinoamericano de Demografía-CELADE, Naciones Unidas-FNUAP, 1994.

ZELINSKY, W. **The hypothesis of the mobility transition.** Geographical Review, v. 61, n.2, p. 219 – 249, 1971.

Artigo recebido em maio de 2015 e aprovado em junho de 2015.

FONTES DE DADOS DEMOGRÁFICOS E ESTUDOS DE POPULAÇÃO EM SANTA CATARINA

Luís Felipe Aires Magalhães³

Resumo: As fontes de dados demográficos são importantes instrumentos para a pesquisa, análise e promoção de políticas públicas, contribuindo para o entendimento de nossa realidade social. O domínio destas fontes passa pelo entendimento, inicialmente, da natureza dos dados (se eles são dados de fluxo ou de estoque), e depois de sua disponibilidade, regularidade, cobertura territorial e problemas de enumeração. Neste artigo, analisaremos detidamente quatro fontes de dados demográficos: o Censo Demográfico, o Registro Civil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e a Pesquisa de Orçamento Famílias (POF), expondo, de um lado, as possibilidades de levantamento de alguns dados e avaliando, de outro lado, suas vantagens, desvantagens e, especialmente, sua cobertura territorial no Estado de Santa Catarina. Como veremos, importantes fontes de dados (PNAD e POF) possuem escassa cobertura territorial em Santa Catarina, prejudicando importantes análises e políticas públicas no Estado. O artigo pretende, com isto, contribuir à formação de uma agenda de pesquisa demográfica no Estado.

Palavras-chave: Brasil; Dados Demográficos; Fontes Oficiais.

SOURCES OF DEMOGRAPHIC DATA AND POPULATION STUDIES IN SANTA CATARINA STATE

Abstract: The demographic data sources are important tools for research, analysis and promotion of public policies, contributing to the understanding of our social reality. The domain of these sources requires an understanding initially, the data nature (if they are flow or inventory data), and after their availability, regularity, territorial coverage and enumeration problems. In this article, we will look closely at four demographic data sources: the Census, the Civil Registry, the National Sample Survey of Households (PNAD) and Families Budget Survey (POF), exposing the one hand, the lifting of possibilities some data and assessing, on the other hand, its advantages, disadvantages, and especially its territorial coverage in the state of Santa Catarina. As we shall see, important sources of data (PNAD and POF) have scarce land cover in Santa Catarina, damaging important analysis and public policy in the state. The article, thus, contribute to the formation of a demographic research agenda in the state.

Key-words: Brazil; Demographic Data; Official Sources.

³ Doutorando em demografia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email: lufeaires@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo analisaremos a disponibilidade, importância e problemas das principais fontes de dados demográficos existentes para pesquisas e estudos sobre a realidade social em Santa Catarina. Nosso objetivo é apresentar essas funções, contribuir com a sua visibilidade e evidenciar a sua utilidade, tanto para a pesquisa como para a formulação de políticas públicas. Ademais, pretendemos refletir sobre a indisponibilidade, como veremos, de fontes de dados importantes para o estado de Santa Catarina, o que traz consequências e prejuízos no que se refere ao grau de conhecimento que temos de nossa realidade.

Ao longo da exposição sobre as fontes de dados buscaremos ilustrar a importância destas fontes, apresentando algumas tabulações e resultados possíveis. Mais que isto, no entanto, interessa-se apresentá-las e estimular o leitor a explorá-las, razão pela qual indicamos a sua localização eletrônica sempre que possível.

Inicialmente, deve-se destacar que o conhecimento destas fontes de dados demográficos é importante para um diagnóstico mais detalhado e verossímil da realidade, o qual formulará, por seu turno, análises de conjuntura, planejamentos, avaliações de programas e estudos socioeconômicos de melhor qualidade. Tanto para formuladores de políticas públicas quanto para pesquisadores e grupos de estudos que lidam diretamente com o tema populacional, entender as características desta população (em termos de idade, sexo, localização no espaço, renda e mobilidade, por exemplo) requer necessariamente o domínio destas fontes e o entendimento de como extrair e refletir criticamente sobre estes dados – que também possuem seus limites e problemas, conforme veremos mais adiante.

A possibilidade, no entanto, de utilização de dados demográficos que fazem referência ao universo da população motiva o pesquisador e os formuladores de políticas públicas a, distanciando-se de análises amostrais, captar em totalidade as características populacionais e identificar as particularidades existentes em determinados grupos sociais, questão fundamental para a formulação de políticas públicas específicas, de um lado, para o estudo das contradições e desigualdades sociais, de outro lado.

2. AS PRINCIPAIS FONTES DE DADOS DISPONÍVEIS

Os dados demográficos, mais que um conjunto de números, taxas e índices presentes em tabelas e banco de dados muitas vezes difíceis de decifrar, são expressões concretas da própria realidade.

Os dados demográficos são, por essência, materiais, são fenômenos da realidade. Se os submetem a um tratamento lógico, dando a eles a qualidade de “fatos” e elevando-os a uma condição de ideias ou representações intelectuais, não por isso deixam de ser aspectos da realidade material e da existência do homem em coletividade. Sendo o homem um ser em comunicação, sua existência se desdobra em um número teoricamente infinito de aspectos, alguns dos quais vem a ter interesse para a demografia. Considerados tais aspectos como ‘dados’, são a manifestação do modo de ser do homem em coletividade, e por isto têm o mesmo grau de objetividade que a população que vão refletir (PINTO, 1973, ps. 97-98).

Os dados demográficos e suas fontes serão tão mais próximos à realidade quanto maior for a sua disponibilidade, a sua regularidade (frequência) e sua qualidade (abrangência). Quanto à disponibilidade, a simples existência dos dados já condiciona em grande medida a escolha de determinado objeto de pesquisa: o que se estuda e o que se deixa de estudar é, em grande medida, uma consequência dos dados disponíveis (HAKKERT, 1996). A regularidade, por seu turno, indicará o limite temporal do estudo e a possibilidade de estudos comparativos entre regiões diferentes, mas com mesma data de referência, bem como possibilitará realização de avaliações conjunturais mais amplas e de entendimento de tendências (evolução, regressão, permanências etc.). A qualidade do dado, por sua vez, refere-se à sua abrangência no território, à sua coerência em relação à pergunta que o originou na aplicação do questionário e à sua enumeração. Neste quesito, o dado, tal como o conhecemos, é uma consequência direta da forma com que ele foi obtido no processo de aplicação do questionário, razão pela qual nos debruçaremos neste ponto para avaliar a importância e o limite das fontes de dados demográficos disponíveis para Santa Catarina.

Um dado pode ser considerado de estoque ou de fluxo (HAKKERT, 1996). O dado de estoque refere-se às características estáticas da população em um determinado momento, como o tamanho ou volume desta população, a sua distribuição em um certo território e a composição desta população. Quando falamos de “composição populacional”, tratamos das características desta população segundo critérios como idade, sexo, escolaridade, raça, cor, rendimento mensal, etc.

Já o dado de fluxo refere-se àquelas características da população que são dinâmicas, ou melhor, que alteram a dinâmica populacional – em outras palavras, que alteram o tamanho

da população, a sua distribuição territorial e a composição. Os dados de fluxo referem-se, portanto, a eventos demográficos dos quais os principais são nascimentos, óbitos e migrações.

Por serem diferentes quanto à sua natureza, os dados são também diferentes quanto às suas fontes. As principais fontes de dados de estoque são os Censos Demográficos e *surveys* aplicados a populações específicas. Por outro lado, as principais fontes de dados de fluxo são os registros civis e levantamentos especiais, como as pesquisas de origem-destino e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Vejamos cada uma destas principais fontes separadamente.

O Censo Demográfico é um processo total de pesquisa populacional que abrange i) coleta, ii) processamento, iii) avaliação, iv) análise e v) divulgação de seus resultados (ONU, 1980). Como vimos, os dados derivados de um Censo referem-se à estática populacional, e dado que o Censo tem por prerrogativa abranger a totalidade de um determinado território, podemos afirmar que o Censo é uma fotografia (pois registra apenas um momento) de determinada realidade. Além desta prerrogativa, um Censo Demográfico exige ainda respaldo legal, uma periodicidade definida (a do Censo Brasileiro, por exemplo, é de dez anos), referência e delimitação territorial e contagem universal dos indivíduos deste território com a mesma data de referência (HAKKERT, 1996). Sobre a contagem universal, é importante salientar que ela “não implica a ausência de erros de cobertura, pois nenhum censo é livre de omissões, mas significa o propósito explícito de uma enumeração completa” (HAKKERT, 1996, p. 18).

Embora tenha esta data de referência, o Censo Demográfico é um processo longo que se inicia com um pré-recenseamento (que envolve mapeamento e cartografia do território, elaboração do calendário censitário e formação da equipe censitária), avança até o recenseamento propriamente dito (em que é feita a aplicação dos questionários, seja ele um questionário da Amostra ou um questionário do Universo) e termina com um pós-recenseamento (em que são feitas as revisões e possíveis correções dos resultados da aplicação dos questionários, e o processamento e divulgação destes resultados à sociedade) (HAKKERT, 1996).

Há um conjunto de informações básicas que o Censo Demográfico deve inquirir aos entrevistados e sistematizar sob a forma de dados: nome completo, idade, sexo, relação com o chefe do domicílio, estado civil, ocupação laboral, condição econômica e educacional, condição de naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação em que ocorre a entrevista, entre outras questões (HAKKERT, 1996). Para manter o sigilo das informações,

alguns dados não são divulgados, nem mesmo sob a forma de micro-dados. No Brasil, os últimos dois Censos (o de 2000 e o de 2010) aplicaram questionários básicos ao universo da população e questionários mais completos (mais demorados) a uma amostra desta população, divulgando e disponibilizando os resultados separadamente (AMARAL, MONTEIRO e FEITOSA, 2013). O questionário amostral, além de ser utilizado para aprofundar o conhecimento sobre as características sociais, econômicas e demográficas da população, é implementado, ainda, para conferir a qualidade das informações referentes ao universo, em uma espécie de conferência destes resultados (HAKKERT, 1996). O tamanho da amostra se dá em conformidade com o próprio tamanho do município, segundo as frações amostrais da tabela abaixo:

Tabela 1 – Fração amostral do Censo Demográfico brasileiro (2010).

População dos municípios	Fração amostral de domicílios	Número de municípios
Até 2.500	50%	260
Mais de 2.500 até 8.000	33%	1912
Mais de 8.000 até 20.000	20%	1749
Mais de 20.000 até 500.000	10%	1604
Mais de 500.000	5%	40
Total	11%	5565

Fonte: AMARAL, MONTEIRO e FEITOSA, 2013.

No último Censo Demográfico brasileiro (2010), foram recenseados 67,6 milhões de domicílios no universo, e 6,1 milhões de domicílios na amostra. Além destas diferenças, “universo” e “amostra” ainda possuem unidades espaciais diferentes e, por isso, escalas especiais também diferentes de apresentação de seus resultados. Enquanto a unidade espacial do universo é o Setor Censitário, a da amostra é a Área de Ponderação.

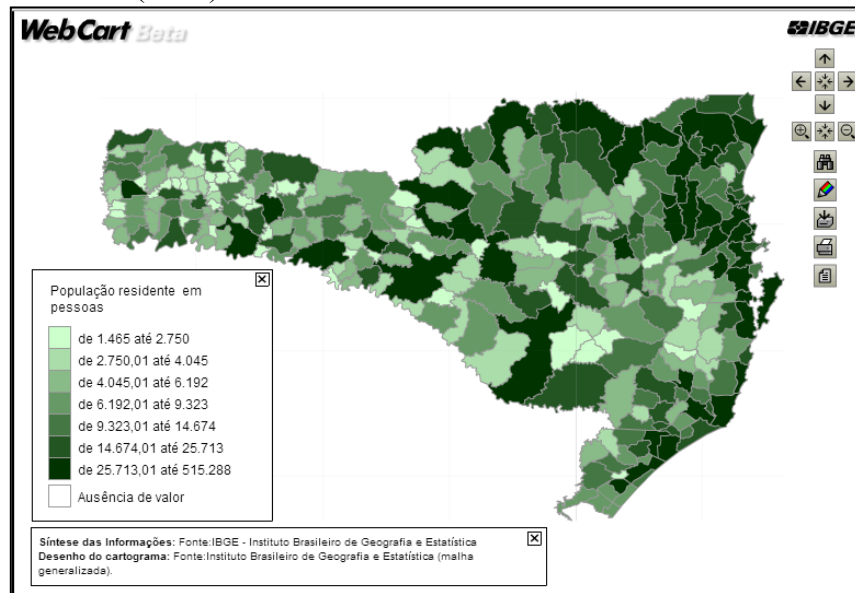
O setor Censitário é definido pelo IBGE, sendo utilizado como unidade da coleta dos dados do universo. Possui limites físicos definidos, com áreas contínuas que respeitam a divisão político-administrativa do território brasileiro. A Área de Ponderação, por sua vez, é definida pelo IBGE em conjunto com as prefeituras, envolvendo escalas geográficas mais específicas, geralmente definidas em razão da necessidade de levantamento de informações sobre estas áreas (AMARAL, MONTEIRO e FEITOSA, 2013).

Por ser um processo tão complexo, o Censo Demográfico, logicamente, apresenta erros e limitações, os quais podem ser de três naturezas: sub-enumeração de resultados, super-enumeração de resultados e classificação errônea dos resultados. O primeiro acontece quando um determinado grupo de pessoas não é contado pelo Censo, por falha de organização ou por casos, como no último Censo, de indivíduos que não declaram a existência de parentes residindo no exterior por conta de receio em relação a sua situação de permanência no outro país. O segundo acontece também por falha na organização e se dá com a entrevista de um mesmo indivíduo mais de uma vez. O terceiro se dá quando a resposta é equivocada: mães solteiras que omitem ter filhos; pessoas que arredondam a sua idade (preferência digital) (HAKKERT, 1996).

Os resultados do Censo Demográfico brasileiro, tanto do Universo como da Amostra, podem ser visualizados acessando o site do IBGE (www.ibge.gov.br), e nele o Banco de Dados SIDRA, especificamente em “Demográfico e Contagem”. Os resultados serão, então, disponibilizados em um conjunto de tabelas sobre Universo e Amostra. Estas tabelas, segundo a natureza do dado, permitem agregações em diferentes escalas espaciais: País, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões, Municípios e Distritos. Os dados relativos à Setor Censitário e Áreas de Ponderação, os microdados, são manejados com utilização de programas e softwares específicos.

Uma possibilidade importante de utilização destes dados, em diferentes escalas espaciais, é a de elaboração de mapas temáticos. O geoprocessamento destes dados exige também softwares específicos, todavia é possível se elaborar cartogramas, ainda que mais simples, no próprio site do IBGE (<http://www.ibge.gov.br/webcart/>), como o mapa temático da figura 1, a seguir.

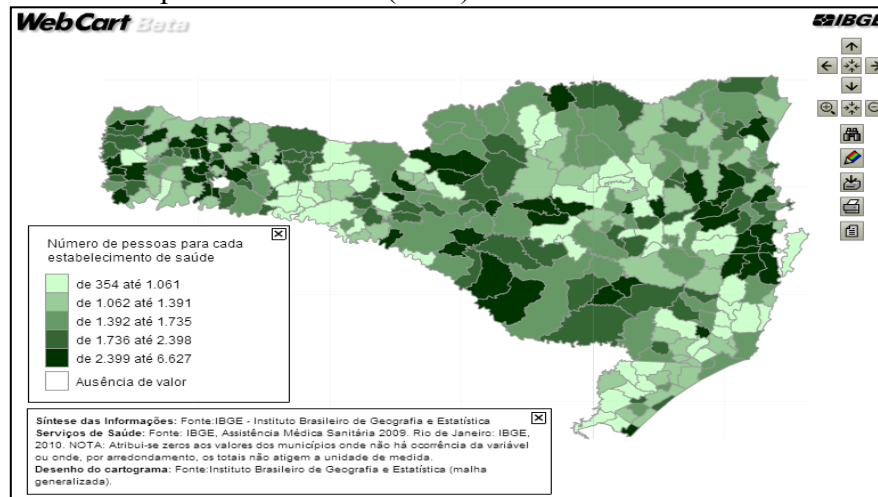
Figura 1 – Mapa Temático de Santa Catarina segundo população residente (2010)



Fonte: IBGE, 2015.

A ferramenta eletrônica de produção de mapas temáticos permite, inclusive, englobar mais de um dado censitário, como também dados censitários de pesquisas diferentes realizadas pelo IBGE. A figura 2, por exemplo, associa a população residente nas cidades catarinenses (um dado básico da síntese de informações do Censo Demográfico) com a quantidade de estabelecimentos de saúde existentes nestas cidades (um dado da pesquisa Serviços de Saúde, do IBGE). Outra alteração possível é a definição do número de categorias na legenda (gradientes de cores no mapa), entre uma e sete.

Figura 2 – Número de pessoas para cada estabelecimento de saúde nos municípios catarinenses (2010)



Fonte: IBGE, 2015.

Se o Censo Demográfico fornece dados temáticos sobre a população, apontando seu tamanho e composição segundo diversos critérios, o Registro Civil é, por seu turno, a principal fonte de dados dinâmicos, isto é, de dados provenientes de eventos que alteram o tamanho e a composição da população. Em outras palavras, se a unidade da enumeração do Censo é o indivíduo (com todas as suas características sociais, econômicas e demográficas), a unidade da enumeração do Registro Civil é o evento demográfico. Acompanhando estas ocorrências (nascimentos, óbitos, migrações, nupcialidade etc), o sistema de registro civil fornece as chamadas “estatísticas civis”, que possuem algumas características fundamentais: são originadas de informações comunicadas e registradas em cartórios de registro civil; são levantadas e sistematizadas ao longo de todo o ano e, ainda, são divulgadas segundo o local de ocorrência e o local de registro do evento (HAKKERT, 1996).

Assim como o Censo Demográfico, o Registro Civil também possui exigências institucionais, cujas principais são: ele deve registrar os eventos vitais e ele deve publicar informes e levantamentos estatísticos do registro destes dados (HAKKERT, 1996). Os dados provenientes destes registros estão também disponíveis no site do IBGE. Para acessá-los, deve-se acessar o site do IBGE e, nele, o Banco de Dados SIDRA (o mesmo acessado para visualização das tabelas com os dados censitários), onde se deve optar por “Registro Civil”. Na plataforma aberta, pode-se obter informações sobre nascidos vivos, divórcios, separações judiciais, casamentos entre cônjuges masculino e feminino, óbitos e óbitos fetais para o Brasil e todas as Unidades Federações entre 2009 e 2013. Na mesma página, é possível acessar as tabelas de estatísticas do Registro Civil. Nestas, as informações sobre os eventos vitais acima podem ser obtidas para intervalos de tempo maiores e para unidades espaciais menores, como os municípios catarinenses, por exemplo.

A Tabela 2 indica transformações importantes no registro civil de óbitos na cidade de Florianópolis entre 2003 e 2013. Podemos verificar, segundo os dados, diminuição dos óbitos masculinos como proporção dos óbitos totais: enquanto em 2003, 59,84% do total das mortes era de homens, em 2013 esta proporção caiu para 54,24%. Conseqüentemente, a participação das mortes femininas em relação às mortes totais se eleva de 40,16%, em 2003, para 45,76% em 2013. A tabela nos permite identificar também que este aumento da proporção dos óbitos femininos em relação aos óbitos totais se dá em razão da elevação da participação das mortes naturais, e não das mortes violentas. Enquanto em 2003 as mortes naturais de mulheres representavam 38,92% dos óbitos totais, em 2013, esta proporção se elevou para 44,78% do total de mortes na cidade de Florianópolis. Por fim, os dados indicam ainda uma diminuição,

para ambos os sexos, mas mais acentuada para os homens, da proporção das mortes por causas violentas em relação ao total de óbitos em Florianópolis, entre 2003 e 2013. Para o caso dos homens, pode-se afirmar que a cada dez mortes (tanto de homens como de mulheres), uma era óbito de homem por causas violentas entre os anos de 2003 e 2006. Destes patamares próximos a 10% do total de óbitos, as mortes de homens por causas violentas reduziram-se para 4,62% em 2013, em Florianópolis. Em outras palavras, a cada vinte mortes em Florianópolis, uma é de homem por causa violenta.

Tabela 2 – Óbitos segundo natureza ocorridos em Florianópolis (como proporção dos óbitos totais, 2003 – 2013).

Ano	Total			Natural			Violenta		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2003	100	59,84	40,16	88,49	49,58	38,92	11,51	10,27	1,24
2004	100	57,38	42,57	87,84	47,16	40,62	12,11	10,17	1,94
2005	100	57,84	42,16	88,35	47,9	40,45	11,42	9,77	1,65
2006	100	56,45	43,55	89,2	46,96	42,24	10,69	9,38	1,31
2007	100	56,89	43,06	90,76	49,11	41,6	9,19	7,72	1,46
2008	100	58,21	41,79	89,32	49,14	40,18	10,37	8,91	1,46
2009	100	54,38	45,62	92,34	48,11	44,23	7,23	5,89	1,34
2010	100	54,93	45,07	92,3	48,47	43,83	7,27	6,17	1,1
2011	100	56,1	43,9	93,07	50,05	43,02	6,59	5,7	0,88
2012	100	53,61	46,39	92,88	47,47	45,41	6,87	5,94	0,93
2013	100	54,24	45,76	93,94	49,16	44,78	5,46	4,62	0,84

Fonte: Estatísticas de Registro Civil, 2015.

Assim como o Censo, as Estatísticas de Registro Civil também possuem os seus problemas.

No Brasil, como na maioria dos países, os erros apresentados pelo registro civil são muito maiores do que os dos censos demográficos. Até hoje, o registro caracteriza-se por um déficit considerável, principalmente dos nascimentos, o que prejudica seu uso para a derivação de estatísticas de fecundidade e de mortalidade infantil. Geralmente, não se trata de omissões definitivas, mas de registros atrasados (HAKKERT, 1996, p. 38).

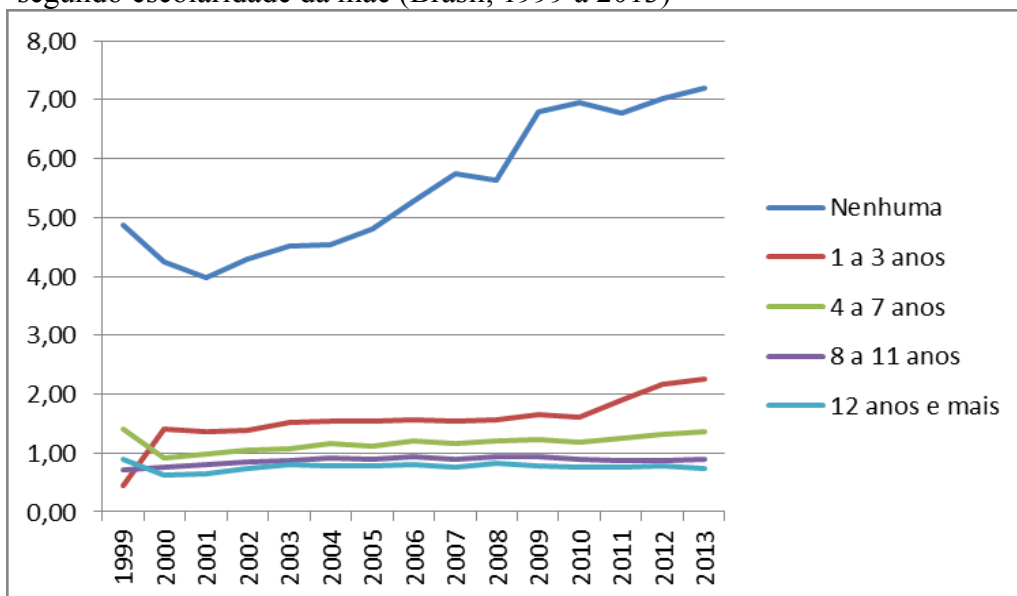
As duas principais fontes de dados demográficas (Censo Demográfico e Registro Civil), não obstante suas diferenças devem ser entendidas como fontes demográficas complementares:

Ambas se referem ao mesmo objeto: mas cada um o capta de uma forma oposta. Assim, as duas aparecem como contrários que se identificam na unidade real dos fatos objetivos que referem. Estático e fluxo, em si conceitos opostos quando são abstratamente considerados, se unificam quando se pensa concretamente na realidade da coisa a que pertencem, a população humana. Se o dado censitário aparece como uma imagem estática, é em verdade, a imagem estática de uma realidade efetivamente móvel, de um processo que se desenvolve no tempo e no espaço, movido por determinantes internos e refletindo em suas fases a lei lógica que o governa. Se os dados do registro civil, por seu desdobramento contínuo ao longo do processo, constituem uma série de valores variáveis, móveis, em cada momento a configuração dos elementos que os compõem pode ser retratada em uma imagem censitária estática. Assim o fluxo e o estático não são senão dois modos de apreciar uma única e mesma realidade, que em si é um processo (PINTO, 1973, p. 109).

No Brasil, o Registro Civil é fonte de dados para três sistemas de informações muito importantes para o estudo da população e a formulação de políticas públicas: o SINASC (Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos), cujos dados são originados da Declaração de Nascido Vivo; o SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade), cujos dados são originados da Declaração de Óbito; e o SIH (Sistema de Informações Hospitalares), cujos dados são originados da Autorização de Internação Hospitalar. Estas informações estão reunidas na página eletrônica do DATASUS – o banco de dados de estatísticas vitais do SUS (OJIMA, 2007).

Utilizando o DATASUS, verificamos o total de nascidos vivos segundo escolaridade da mãe e o total de óbitos infantis (aqueles em que nascido vivo falece até completar o primeiro ano de vida) também segundo escolaridade da mãe. Os dados obtidos, mortalidades infantis específicas segundo o grau de escolaridade da mãe, revelam que a proporção de óbitos infantis é maior quanto menor o grau de escolaridade da mãe do nascido vivo. Os dados do gráfico 1 referem-se ao Brasil:

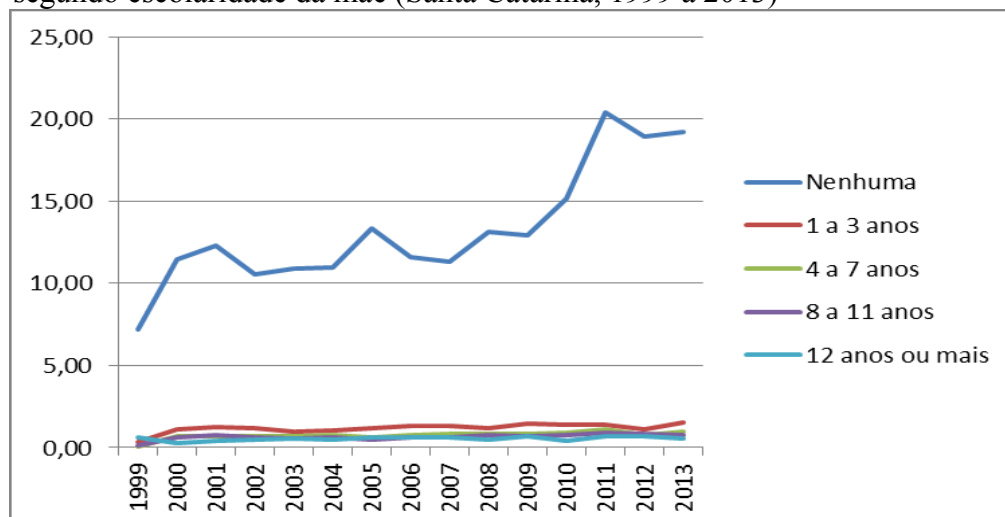
Gráfico 1 – Óbitos infantis como proporção do número de nascidos vivos segundo escolaridade da mãe (Brasil, 1999 a 2013)



Fonte: DATASUS, 2015.

Em relação à Santa Catarina, realizamos a mesma comparação e o resultado indica que as crianças nascidas de mães com nenhuma escolaridade estão mais sujeitas ao óbito que i) as crianças nascidas de mães com qualquer outra escolaridade e que ii) a média nacional em relação a mesma escolaridade.

Gráfico 2 – Óbitos infantis como proporção do número de nascidos vivos segundo escolaridade da mãe (Santa Catarina, 1999 a 2013)



Fonte: DATASUS, 2015.

Quando vimos as principais características dos dados de fluxos, nos referimos a levantamentos especiais. Estes levantamentos especiais advêm da necessidade de atualização

das informações no período entre um Censo Demográfico e outro e também de necessidades de informações demográficas mais específicas, sobre temas como mobilidade, trabalho, escolaridade etc (HAKKERT, 1996). No Brasil, o principal levantamento deste tipo é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

A PNAD é um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características gerais da população (educação, trabalho, rendimento e habitação etc) e outras com periodicidade variável, como características sobre a migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o país. Como o atual Censo Demográfico, a PNAD também possui dois questionários: um questionário básico, com informações gerais, aplicado em cada levantamento (o que permite comparações e verificação de tendências históricas) e um suplemento, dedicado a informações específicas. Como fonte de dados demográficos, possui vantagens e desvantagens.

Dentre as principais vantagens da PNAD, podemos considerar a geração de informações mais profundas e detalhadas sobre os temas levantados e também a possibilidade de acompanhamento de variáveis sociais, econômicas e demográficas entre um Censo Demográfico e outro (AMARAL, MONTEIRO e FEITOSA, 2013).

Por outro lado, a principal desvantagem da PNAD recai diretamente sobre as possibilidades de análise a partir dela da realidade de Santa Catarina, qual seja, este estudo amostral não comporta a desagregação para níveis territoriais mais detalhados (AMARAL, MONTEIRO e FEITOSA, 2013). Os dados mais básicos da PNAD (pesquisa básica) estão disponíveis para todas as Unidades da Federação, mas em termos de municípios, estão disponíveis apenas para as Regiões Metropolitanas (Belém – PA, Belo Horizonte – MG, Curitiba – PR, Fortaleza – CE, Porto Alegre – RS, Recife – PE, Rio de Janeiro – RJ, Salvador – BA e São Paulo – SP).

Outra importante fonte de dados que também não está disponível para análises sobre Santa Catarina é a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares). A POF disponibiliza informações sobre o orçamento doméstico e sua composição, bem como as condições de vida e de consumo das famílias brasileiras. Suas principais variáveis são despesas, rendimento, patrimônio das famílias e sua variação, compra de alimentos e consumo efetivo de alimentos e características dos domicílios e dos indivíduos. A POF inclui ainda uma avaliação subjetiva das condições da família, que avalia, entre outras questões, a dificuldade ou facilidade com que a família chega ao final do mês com o seu rendimento; a avaliação da família quanto à

quantidade e tipo de alimentos consumidos; além do rendimento que seria o mínimo necessário para cobrir as despesas com alimentação segundo os objetivos elencados pela família. A POF, como levantamento especial, é realizada e publicada no período intercensitário. Suas edições existentes são de 1987-1988, 1995-1996, 2002-2003 e 2008-2009. A coleta dos dados se dá tanto no meio urbano como no rural, em um levantamento amostral desenhado para incluir famílias de todos os estratos socioeconômicos na pesquisa.

Quanto à representatividade territorial, os dados referentes ao meio rural possuem escassa desagregação, estando disponíveis de forma agregada para as escalas de Brasil e Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul). Estas escalas também estão disponíveis para o meio urbano, acrescidas das Unidades da Federação, nove regiões metropolitanas (Belém – PA, Fortaleza – CE, Recife – PE, Salvador – BA, Belo Horizonte – MG, Rio de Janeiro – RJ, São Paulo – SP, Curitiba – PR, Porto Alegre – RS) e dois municípios (Goiânia – GO e Distrito Federal). Não há, portanto, nenhuma cidade catarinense pesquisada pela POF.

A POF possui uma série de vantagens e desvantagens. Dentre as principais vantagens, destaca-se o amplo leque de temas abordados, especialmente questões subjetivas, e a sua periodicidade (5 anos). Como desvantagem, há de se considerar a escassa desagregação espacial (para Santa Catarina, por exemplo, os dados estão disponíveis apenas para o nível de UF). A POF deverá ter frequência anual a partir de 2016 e incluir variáveis de insegurança alimentar e desemprego.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto anteriormente, verifica-se que para o estado de Santa Catarina, tanto a PNAD como a POF, contém dados agregados para o conjunto do estado, sem qualquer possibilidade de desagregação por municípios ou Região Metropolitana. Esta ausência significa que Santa Catarina está em uma posição subalterna em termos de disponibilidade de dados e desenvolvimento de pesquisas e análises para questões e variáveis sociais, econômicas e demográficas importantes, que são levantadas por estas pesquisas.

De igual modo, não há no Estado agências ou fundações de pesquisas estatísticas capazes de oferecer alternativas a esta ausência, como há em São Paulo a Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados); no Rio Grande do Sul a Fundação de Economia e Estatística (FEE); e no Paraná o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e

Social (IPARDES). Esta ausência expressa, em termos mais gerais, a relação dialética existente entre a disponibilidade de dados e o desenvolvimento econômico e social de determinada população.

No prólogo ao livro *El Pensamiento Critico em Demografia*, de Álvaro Vieira Pinto, o demógrafo Guillermo Maccio afirma que

não é segredo para ninguém que o subdesenvolvimento se manifesta com vigor nos dados disponíveis para áreas que merecem tal adjetivo. O demógrafo que trabalho sobre sua realidade consome grande parte de seus esforços em inferir, desentranhar e integrar uma realidade partindo de dados quantitativa e qualitativamente incompletos. Os fatos exigem dele afiado sentido crítico, cautela na inferência mas, ao mesmo tempo, agudeza para recuperar o dado tirando dele o seu máximo proveito (PINTO, 1973, p. 6).

Assim, a escassez de dados, originada da ausência de agências e fundações próprias de levantamento e sistematização estatística, bem como da ausência de regiões metropolitanas e grandes conglomerados urbanos que justifiquem a incorporação de seu território às pesquisas da PNAD e da POF, acaba por restringir estudos e políticas públicas direcionados à superação destas ausências. Deve-se salientar que grupos empresariais não têm se restringido a estas limitações e ausências de dados, lançando mão de questionários e pesquisas de mercado próprias, direcionadas a obter informações sobre demanda e mercado, informações estas para definir sua estratégia de vendas. Enquanto isto, a Universidade e mesmo o Estado mantém-se estáticos, presos e dependentes das mesmas fontes de dados, reforçando que existe uma “relação dialética entre a produção de dados e a definição do objeto de pesquisas que retrata os limites de uma disciplina científica. O que se estuda e o que se deixa de estudar é, em grande parte, uma consequência dos dados disponíveis” (HAKKERT, 1996, p. 11).

Uma agenda para o desenvolvimento da demografia em Santa Catarina deve ser, pois, entendida como um tema crucial para o próprio desenvolvimento econômico e social do Estado, no sentido de melhor a compreensão da população do Estado sobre si própria e da integração da população catarinense aos principais levantamentos existentes no nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000 e 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>. Acesso em: maio de 2015.

FIBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Registro Civil**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=RC&z=t&o=27>. Acesso em: maio de 2015.

Ministério da Saúde, DATASUS. **Estatísticas Vitais**. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>. Acesso em: maio de 2015.
PINTO, Álvaro Vieira. **El Pensamiento Critico em Demografia**. Santiago do Chile: Celade, 1973

Ralph Hakkert, **Fontes de Dados demográficos**. Belo Horizonte, Textos Didáticos – ABEP 1996 <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/textosdidaticos/tdv03.pdf>

Ricardo Ojima. 2007. **Fontes de Dados Demográficos- Conceitos fundamentais e formas de acesso**.

Silvana Amaral, Miguel Monteiro, Flávia Feitosa. 2013. **Parte II – Fonte de Dados: Fonte de Dados Demográficos e Socioeconômicos**.

Artigo recebido em junho de 2015 e aprovado em julho de 2015.

A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DE SANTA CATARINA NO PERÍODO PÓS-1991

Carla Craice⁴

Thiago Pezzo⁵

Resumo: O presente artigo tem como objetivo trazer um panorama das principais características demográficas do estado de Santa Catarina e suas seis mesorregiões. Para tal fim, utilizaram-se dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, possibilitando uma perspectiva da dinâmica da população em um período recente. São trazidas informações sobre o crescimento, distribuição da população e sua composição. Assim sendo, este artigo está dividido em três partes, além desta introdução e considerações finais. Para iniciar a discussão, a primeira parte busca identificar de forma breve os fatores sociais e econômicos que contextualizam a atual situação demográfica de Santa Catarina. A segunda parte aponta as mudanças em termos de crescimento e distribuição da população entre as mesorregiões. A terceira e última parte reflete sobre os aspectos da composição populacional, a proporção da população segundo o sexo (razão de sexo) e a estrutura etária, ou seja, os principais elementos que caracterizam a população no Estado de Santa Catarina. Por fim, apresentam-se algumas considerações conclusivas sobre os principais processos demográficos em curso no Estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Santa Catarina; Demografia; Mudanças.

DEMOGRAPHIC DYNAMICS OF SANTA CATARINA STATE FROM 1991 UNTIL TODAY

Abstract: This article aims to bring an overview of the main demographic characteristics of the state of Santa Catarina and its six mesoregions. To this end, we used data from the Demographic Census 1991, 2000 and 2010, providing a perspective of population dynamics in a recent period. They are brought about growth, population distribution and composition. Therefore, this article is divided into three parts, besides this introduction and closing remarks. To start the discussion, the first part seeks to identify briefly the social and economic factors that contextualize the current demographic situation of Santa Catarina. The second part points out the changes in terms of growth and distribution of the population between the mesoregions. The third and final part reflects on aspects of population composition, the proportion of the population by sex (gender ratio) and the age structure, in other words, the main elements that characterize the population in the state of Santa Catarina. Finally, we present some concluding thoughts on the main demographic processes under way in the state of Santa Catarina.

Key-words: Santa Catarina State; Demographics; Changes.

⁴ Doutoranda em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Email: carla.craice@gmail.com

⁵ Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: ttico@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo elabora um panorama sobre as principais características demográficas do estado de Santa Catarina e das seis mesorregiões que o compõe: Oeste Catarinense, Norte Catarinense, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul Catarinense. Para tal análise foram utilizados dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 possibilitando uma perspectiva da dinâmica da população em um período recente. Foram consideradas informações sobre o crescimento e distribuição da população, bem como de sua composição.

De um modo geral, as características de determinada população são resultados de processos sociais, econômicos, políticos não só internos à área como também nas relações com outros espaços. Desta maneira, parte das explicações para o comportamento dos componentes da dinâmica demográfica - fecundidade, mortalidade e migração – está nas transformações tanto no âmbito local, regional como nacional. Assim sendo, este artigo está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção busca identificar de forma breve os fatores sociais e econômicos que contextualizam a atual situação demográfica de Santa Catarina. Como ensina Mattei (2011), não há um modelo catarinense de desenvolvimento socioeconômico, pois se trata de compreender as especificidades de Santa Catarina em relação aos padrões brasileiros predominantes, dos quais o estado retira suas marcas mais gerais e essenciais. A segunda seção aponta as mudanças em termos de crescimento e distribuição da população entre as mesorregiões. A terceira e última seção reflete sobre os aspectos da composição populacional, a proporção da população segundo o sexo (razão de sexo) e a estrutura etária, ou seja, os principais elementos que caracterizam a população no estado de Santa Catarina.

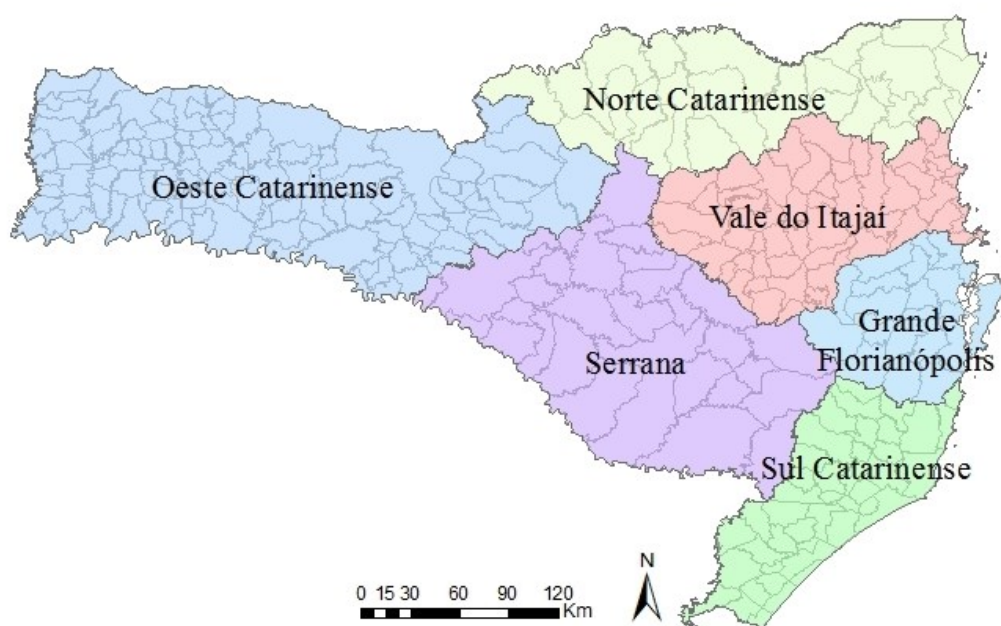
2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE SANTA CATARINA

O estado de Santa Catarina se integra ao capitalismo brasileiro a partir de 1880, articulado com a integração econômica liderada por São Paulo (GOULARTI FILHO, 2002). A periodização do desenvolvimento econômico catarinense se efetua da seguinte forma: o capitalismo mercantil de pequena propriedade entre 1880 a 1945; a diversificação e expansão produtiva entre 1945 a 1962; o fortalecimento do capital industrial e sua integração ao

mercado internacional entre 1962 a 1990; e a reestruturação econômica do período pós-1990(GOULARTI FILHO, 2002).

Territorialmente adota-se a divisão do estado de Santa Catarina pelas seguintes mesorregiões: Oeste Catarinense, região Serrana, Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Vale do Itajaí e Sul Catarinense.

Figura 1 – As Mesorregiões de Santa Catarina em 2010



Fonte: Elaboração dos autores com base nas Malhas Digitais fornecidas pelo IBGE, Censo 2010.

Até o início do século XX o Brasil se caracteriza por “uma forte base agrário-mercantil e com uma fraca base industrial” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 985). As políticas nacionais de industrialização tomam forma somente a partir de 1930, e em Santa Catarina somente no pós-Segunda Guerra.

A política imperial de imigração do fim do século XIX, impulsionada pela proibição do tráfico de escravos de 1850, promove a dispersão das populações pelo território catarinense através da aquisição de terras por empresas colonizadoras e imigrantes europeus. O fluxo migratório proveniente da Europa (alemães e italianos, mas também poloneses, árabes, austríacos, espanhóis, eslavos) se estabelece nas mesorregiões Norte, Sul e Vale do Itajaí entre 1875 e 1920. Nestes locais as populações adotam atividades manufactureiras de pequena relevância econômica, porém de caráter diverso e de acumulação lenta (GOULARTI FILHO, 2002).

O Oeste Catarinense ganha destaque econômico somente a partir de 1917 com a chegada dos imigrantes descendentes de italianos e alemães provenientes do Rio Grande do Sul. A ocupação desta região “faz parte do movimento geral da expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, no século XX” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 983). Nesta região intensifica-se a produção de erva mate e extração de madeira por pequenas propriedades. No Sul prevalece a extração de carvão como atividade econômica principal.

Por conseguinte, entre 1880 e 1945 predominaram as atividades tradicionais com base na pequena propriedade, determinando que a dinâmica econômica de Santa Catarina não se integrasse regionalmente, pois “desenvolveu uma dinâmica de interligação das cidades-polo regionais com os outros estados do país” (MATTEI, 2011, p. 4).

A partir de 1930 se inicia a intensificação dos esforços estatais para a formação da indústria brasileira. A ênfase se deu em São Paulo devido ao capital gerado pela cultura do café. Decorre daí o estabelecimento de novas relações econômicas entre os territórios brasileiros de modo a suportar a mudança no padrão produtivo nacional em favor da indústria.

Em Santa Catarina, o período de 1945 a 1962 se apresenta como uma “fase transitória, em que ainda perduram traços do padrão de crescimento baseado na pequena produção mercantil, e, ao mesmo tempo, começam a surgir elementos de um novo padrão, baseado no médio e no grande capital industrial” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 987). Inicialmente o estado atua como fornecedor de carvão, alimentos e vestuário. A partir de 1945, a base produtiva catarinense se ampliou e se diversificou, com o surgimento de cerâmicas no Sul, a indústria de papel e de metal-mecânica no Norte (GOURLARTI FILHO, 2002). O setor madeiro também se intensifica na mesorregião Norte (MATTEI, 2011).

Pouco a pouco o médio e o grande capital conquistam importância sobre o capital mercantil de pequena propriedade. O desenvolvimento produtivo, entretanto, era obstaculizado pela pouca integração econômica, a qual gerava regiões especializadas em setores produtivos em paralelo à falta de infraestrutura e o pouco capital financeiro.

A partir de 1962 o setor industrial nacional liderado por São Paulo recebe maciços investimentos do capital internacional e estatal e, em menor escala, do capital nacional. Em Santa Catarina a proeminência é do investimento local e estatal, atuando principalmente na infraestrutura energética e de transportes. Os setores alimentício, cerâmico, madeireiro, papel e celulose, porcelanas e cristais se expandem. As empresas agrocomerciais perdem lugar para os grandes complexos agroindustriais, em especial os frigoríficos. O setor cerâmico adapta-se rapidamente à concorrência internacional, reestruturando-se com vantagens. O complexo

eletro-metal-mecânico e agroindustrial passa às mãos do capital internacional (GOULARTI FILHO, 2002).

Atualmente, segundo Mattei (2011), a mesorregião de Florianópolis é marcada pela pouca presença de capital industrial. Na região, o setor terciário, em especial o turismo e a educação, move a economia. Também se apresenta a praça financeira estadual e um crescente polo tecnológico. A mesorregião Serrana caracteriza-se pela produção pecuária e agrícola, pela indústria moveleira e de papel e celulose. A concentração comercial se instaura nas maiores cidades, São Joaquim, Lages e Curitiba. Excetuando-se o litoral, a mesorregião Norte tem como suporte econômico principal o setor moveleiro e em menor grau o setor agropecuário. Na faixa litorânea, e em especial Joinville, se destaca um polo industrial diversificado e um setor terciário pujante. Na mesorregião do Vale do Itajaí se encontram atividades industriais (Blumenau e Brusque), atividades agropecuárias (Alto Vale) e atividades portuárias e turísticas (Baixo Vale). A mesorregião Sul catarinense se destaca pelo setor primário (agropecuária) e secundário (cerâmica, metalúrgica, química, plástico e vestuário). Há um forte ramo turístico no litoral e praças comerciais em Criciúma e Tubarão. A mesorregião Oeste é o “principal polo agroindustrial do estado” marcado pelo “sistema de integração dos produtores familiares às agroindústrias” (MATTEI, 2011, p. 10). O setor secundário tem sua força no processamento da soja e na indústria alimentícia, enquanto o setor terciário possui baixo dinamismo em relação ao resto do estado.

Em resumo, as mesorregiões Oeste com seus empreendimentos agroindustriais, e o Norte e Vale do Itajaí com suas empresas industriais, concentram a maior parte dos recursos econômicos do estado de Santa Catarina. Além disso,

“dentro de cada uma dessas mesorregiões o processo produtivo é comandado por um pequeno número de municípios que se transformam em polos de desenvolvimento regional (...) gerando um nível elevado de concentração de recursos em poucas cidades, processo este que conduz a um aumento das disparidades locais” (Mattei, 2011, p. 14).

3. CRESCIMENTO, DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E MOBILIDADE POPULACIONAL

A dinâmica recente de Santa Catarina caracteriza-se por um processo de redistribuição de sua população, com crescimento populacional – sobretudo via saldos migratórios positivos – e concentração de sua população no litoral do território catarinense.

Em um intervalo de vinte anos a população catarinense saltou de 4,5 para mais de 6 milhões (tabela 1) um incremento de cerca de 1,7 milhões de habitantes. O crescimento mais expressivo se deu nas regiões do Vale do Itajaí e da Grande Florianópolis, as quais viram sua população crescer em mais de 45% no período, seguido do Norte Catarinense, com pouco mais de 35%.

A taxa de crescimento⁶ do estado como um todo ficou em patamares próximos ao brasileiro⁷, sendo superior entre 1991 e 2000 (1,85% ao ano) e inferior entre 2000 e 2010 (1,55%), conforme tabela 1. Todas as mesorregiões apresentaram comportamentos similares, com o crescimento maior no primeiro período, exceção apenas do Oeste do estado. Na verdade, as regiões Serrana, juntamente com o Oeste, tiveram os menores crescimentos, sendo que a população da primeira praticamente não sofreu alteração, com incremento de pouco mais de 5.000 pessoas.

Tabela 1 – População e taxa de crescimento anual – 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010	Taxa de crescimento (a. a.)	
				1991- 2000	2000- 2010
Santa Catarina	4.541.994	5.357.864	6.248.436	1,85	1,55
Oeste Catarinense	1.051.083	1.116.963	1.200.712	0,68	0,73
Norte Catarinense	838.211	1.026.606	1.212.843	2,28	1,68
Serrana	375.121	401.184	406.741	0,75	0,14
Vale do Itajaí	943.620	1.187.184	1.508.980	2,58	2,43
Grande Florianópolis	619.265	803.255	994.095	2,93	2,15
Sul Catarinense	714.694	822.671	925.065	1,58	1,18

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

⁶ A taxa média geométrica de crescimento anual refere-se à média anual obtida para um período de anos compreendido entre dois momentos. A fórmula para o cálculo é $\text{crescimento} = [(P_t/P_i)^{1/t} - 1] * 100$, sendo P_i a população inicial, P_t a população final e t o intervalo de anos do período.

⁷ O Brasil cresceu 1,64% ao ano entre 1991 e 2000 e 1,17% entre 2000 e 2010 (DATASUS) Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/a03uf.htm>.

A taxa de crescimento reflete o comportamento da população em termos do crescimento vegetativo (a fecundidade e a mortalidade) e a migração. Na sequência veremos os dois primeiros pontos no âmbito do estado para em seguida aprofundarmos a questão dos movimentos migratórios.

A Taxa de Fecundidade Total (TFT) do estado teve uma expressiva redução de 2,53 filhos por mulher, em 1991, para 1,61, em 2010. Segundo dados do DATASUS⁸, isso significou uma redução de 36,4% no período. A TFT indica o número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva, ou seja, as mulheres deixaram de ter um filho em média por período. O nível de 2010 está abaixo do nível de reposição, que é de 2,1 filhos por mulher. A queda da fecundidade é uma tendência para o país como um todo que se iniciou já na década de 1970 (Berquó, 2001), uma vez que a TFT do Brasil caiu de 5,8 filhos por mulher, em 1970, para 1,82, em 2010⁹.

A Taxa Bruta de Mortalidade, que expressa o número de óbitos por mil habitantes em um determinado local, decresceu de 6,1¹⁰, em 1991, para 5,6, em 2010, uma redução não tão expressiva como a da fecundidade, que foi de 8,2%. Interessante observar que a mesma taxa esteve em 5,3 mil óbitos por mil habitantes nos anos de 2000 até 2006. Ou seja, existiu uma redução do número de óbitos até 2000, mantendo-se estável até 2006 e voltando a aumentar nos últimos anos. Esta é uma tendência do Brasil como um todo, pois as taxas estavam estáveis entre 2000 e 2008 em 6,1 atingindo 6,3 em 2010¹¹.

Como é conhecido, a população de Santa Catarina não se distribui homoganeamente pelo território. Pela Tabela 2 observa-se que há uma concentração maior na região do Vale do Itajaí, que abriga quase um quarto da população catarinense, seguida pelas regiões Norte e Oeste Catarinense com cerca de 20% cada uma. O Oeste Catarinense, apesar de possuir o maior número de municípios, tem passado por um crescimento populacional abaixo da média do estado e, conseqüentemente, diminuiu sua participação populacional nas últimas três décadas. Em contrapartida, a população do Vale do Itajaí desfrutou de um grande incremento, ampliando a participação relativa da sua população no estado como um todo.

⁸ Brasil, Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS, Informações de Saúde, Rede assistencial. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2012/a05.htm>, acesso em março de 2015.

⁹ Para o aprofundamento sobre os temas da redução da fecundidade e mortalidade existe a bibliografia sobre a teoria da transição demográfica. Recomenda-se a leitura dos trabalhos de Berquó, 2001; Patarra, 1973 e Lesthaeghe, 2010.

¹⁰ Brasil, Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS, Informações de Saúde, Rede assistencial. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2012/a10.htm>, acesso em março de 2015.

¹¹ Atualmente os especialistas se debruçam na investigação dos óbitos por causas externas, que são as mortes por causas não-naturais ou causas violentas. O trabalho de Aidar (2003) demonstra que os homicídios são mais comuns entre os jovens de sexo masculino. Bertho e Aidar (2014) encontraram relações próximas entre a mortalidade em acidentes de trânsito e os jovens.

Tabela 2 – Distribuição da população de Santa Catarina por mesorregiões – 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010
Santa Catarina	100%	100%	100%
Oeste Catarinense	23,1%	20,8%	19,2%
Norte Catarinense	18,5%	19,2%	19,4%
Serrana	8,3%	7,5%	6,5%
Vale do Itajaí	20,8%	22,2%	24,1%
Grande Florianópolis	13,6%	15,0%	15,9%
Sul Catarinense	15,7%	15,4%	14,8%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Em todas as mesorregiões há o predomínio de pessoas vivendo no espaço urbano. A Tabela 3 mostra que no ano de 2010 aproximadamente 84% da população catarinense habitava as cidades. Existem diferenciais por mesorregiões. Por exemplo, a Grande Florianópolis se configura como intensamente urbana, com mais de 90% de moradores no urbano. Em seguida estão as regiões do Norte e do Vale do Itajaí com grau de urbanização de cerca de 90%¹².

Por outro lado, chama atenção a diminuição da população nas áreas rurais em algumas áreas. Isso aconteceu de forma mais acentuada nas regiões Sul e Oeste, sendo que para esta última significou uma diminuição de 70.000 pessoas no rural, valor expressivo em uma população de 400.000 em 2000, fato que resultou em uma redução de quase 20% em relação ao momento anterior. Seria necessário verificar o destino desses indivíduos para caracterizar a saída do rural, se caminharam rumo ao campo em outra região ou se encontram nas cidades, porém o censo de 2010 não permite tal detalhamento¹³. Além disso, mostra-se relevante refletir sobre as características e limites do que está sendo considerado como rural, tendo em vista que a distinção entre rural e urbano utilizada pelo censo é determinada pelos próprios municípios.

¹² É importante salientar que a determinação sobre os setores urbanos e rurais é competência do poder público local. Sendo assim é possível encontrar tanto setores distantes do núcleo urbano central com pouca infraestrutura denominado como setor urbano bem como um setor na franja da cidade tido como setor rural. Isso não inviabiliza a análise de grau de urbanização, que levanta muitas questões sobre o êxodo rural ou o crescimento das grandes cidades.

¹³ O Censo de 2010 não possui a pergunta sobre a situação do domicílio no município anterior, se urbano ou rural.

Tabela 3 – Grau de urbanização, população e crescimento rural e urbano – 1991, 2000 e 2010

	Grau de Urbanização		Urbana			Rural		
	2000	2010	2000	2010	2000-2010	2000	2010	2000-2010
Santa Catarina	78,7	84,0	4.217.763	5.247.903	2,46	1.140.100	1.000.533	-1,30
Oeste Catarinense	62,9	71,7	702.849	860.563	2,27	414.114	340.149	-1,95
Norte Catarinense	85,3	87,7	875.481	1.063.909	2,19	151.125	148.934	-0,15
Serrana	77,9	81,7	312.470	332.431	0,69	88.714	74.310	-1,76
Vale do Itajaí Grande	83,7	87,6	993.376	1.322.041	3,23	193.808	186.939	-0,36
Florianópolis	90,3	92,1	725.358	915.804	2,62	77.897	78.291	0,05
Sul Catarinense	73,9	81,4	608.230	753.156	2,40	214.441	171.909	-2,19

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

È importante registrar que o aumento populacional dos municípios não ocorre de forma homogênea. Na realidade, este se dá de forma mais acentuada entre os municípios mais populosos, conforme pode ser observado na tabela 4, comparativamente à média do estado. A soma dos municípios destacados totaliza 2.451.738 pessoas, o que representa 40% da população catarinense. Isso significa que menos de 4% dos municípios (os dez mais volumosos) abrigam 40% da população. Este é um ponto de atenção para a estrutura urbana, pois as cidades maiores têm manifestado uma tendência de concentração nos últimos 30 anos.

Deve-se salientar, ainda, que os municípios catarinenses com maior crescimento populacional estão localizados próximos à capital do estado (Florianópolis), na mesorregião do Vale do Itajaí e nas proximidades de Joinville e seus municípios vizinhos. Em decorrência disso, nota-se uma concentração populacional na faixa litorânea do estado. Esta concentração é impulsionada não apenas pela definição de Santa Catarina, particularmente destas cidades, como polo nacional e regional de atração populacional, como também pela liberação de população nas últimas décadas em outras mesorregiões, especialmente Oeste, Serrana e Sul.

Tabela 4 – População dos dez municípios mais populosos de Santa Catarina em 2010 e sua população – 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010	Taxa de crescimento (a.a.)	
				1991-2000	2000-2010
Joinville	347.151	429.604	515.288	2,40	1,84
Florianópolis	255.390	342.315	421.240	3,31	2,10
Blumenau	212.025	261.808	309.011	2,37	1,67
São José	139.493	173.559	209.804	2,46	1,91
Criciúma	146.320	170.420	192.308	1,71	1,22
Chapecó	123.050	146.967	183.530	1,99	2,25
Itajaí	119.631	147.494	183.373	2,35	2,20
Lages	151.235	157.682	156.727	0,46	-0,06
Jaraguá do Sul	76.968	108.489	143.123	3,89	2,81
Palhoça	68.430	102.742	137.334	4,62	2,94

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Pela tabela 4 verifica-se que o maior município é Joinville, situado no Norte Catarinense, com pouco mais de 500 mil habitantes. Porém, o município que apresentou a maior taxa de crescimento foi Palhoça, localizado nas proximidades de Florianópolis, o que demonstra a influência da dinâmica da capital no seu entorno e o fortalecimento do processo de metropolização. Além disso, o município de São José, localizado nas proximidades da capital também teve um crescimento acima da média estadual nos dois períodos, reforçando o mesmo processo.

Já Lages apresentou um crescimento menor que a média catarinense, se constituindo como o único município da mesorregião Serrana dentre os 10 maiores em 2010, todavia seguindo a tendência de baixo crescimento da área. Por outro lado, o único município que apresentou um crescimento maior entre 2000 e 2010 que entre 1991 e 2000 foi Chapecó, o maior município da região Oeste. Chama atenção que este município apresenta uma tendência contrária a da região Oeste, uma vez que seu grau de urbanização cresceu de 63% para 72%, conforme tabela 3. Isto nos sugere que o município de Chapecó tem se constituído enquanto um polo de atração populacional regional, isto é, um município que absorve parte da população que emigra de outras cidades da própria mesorregião.

A redistribuição da população no estado e as mudanças em termos de concentração das mesorregiões também podem ser compreendidas por meio dos fluxos migratórios das mesorregiões. Em termos de migração entre-estadual, ou seja, entre as mesorregiões do próprio estado, não houve grande alteração em termos de volume entre os períodos analisados

como se pode observar nas tabelas 5 e 6. Apenas o Vale do Itajaí e a Grande Florianópolis sofreram alterações maiores em termos de saldo, sendo que um volume maior permaneceu no Vale do Itajaí em contraste com o Grande Florianópolis que diminuiu seu saldo, apesar de permanecer positivo. Já o Norte Catarinense passou de um saldo positivo entre 1995 e 2000 para negativo entre 2005-2010, tendo uma emigração maior que imigração no segundo período.

Tabela 5 – Volume de imigrantes e emigrantes intra e interestaduais entre 1995 e 2000

	Intraestaduais (entre mesorregiões)			Interestaduais		
	Imigrantes	Emigrantes	Trocas (I-E)	Imigrantes	Emigrantes	Trocas (I-E)
Santa Catarina	-	-	-	201.117	135.738	65.379
Oeste Catarinense	10.938	32.497	-21.560	35.073	52.656	-17.583
Norte Catarinense	24.302	20.575	3.728	46.551	26.594	19.957
Serrana	10.389	22.597	-12.209	6.183	6.929	-746
Vale do Itajaí	38.765	24.518	14.247	50.541	21.144	29.397
Grande Florianópolis	36.335	18.349	17.986	40.415	14.982	25.433
Sul Catarinense	11.846	14.038	-2.192	22.353	13.433	8.920

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Notas: Utilizou-se a migração data-fixa. Não se considerou os migrantes do exterior.

Sem embargo, é a migração interestadual que se configura como central para a dinâmica demográfica, principalmente entre 2005 e 2010. Enquanto o volume de emigrantes permaneceu próximo nos períodos analisados - cerca de 130 mil - a entrada dos migrantes sofreu um salto, o que explica a triplicação do saldo migratório. Em 2010, todas as mesorregiões, exceto a Serrana, tiveram um saldo migratório positivo. Porém as mesorregiões do Vale do Itajaí e Grande Florianópolis foram as que mais receberam migrantes.

Tabela 6 – Volume de imigrantes e emigrantes intra e interestaduais entre 2005 e 2010

	Intraestaduais (entre mesorregiões)			Interestaduais		
	Imigrantes	Emigrantes	Trocas (I-E)	Imigrantes	Emigrantes	Trocas (I-E)
Santa Catarina	-	-	-	333.898	127.197	206.701
Oeste Catarinense	14.027	30.869	-16.842	49.664	33.388	16.276
Norte Catarinense	20.296	24.043	-3.747	64.439	27.145	37.293
Serrana	10.631	25.039	-14.408	7.092	7.892	-799
Vale do Itajaí	48.391	24.993	23.397	108.970	23.671	85.299
Grande Florianópolis	32.437	20.503	11.934	70.998	22.627	48.371
Sul Catarinense	11.873	12.207	-334	32.736	12.475	20.261

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Notas: Utilizou-se a migração data-fixa. Não se considerou os migrantes do exterior e aqueles sem declaração.

Ademais, a dinâmica migratória de duas mesorregiões merece uma maior discussão. Entre 2005 e 2010, o Norte e Oeste Catarinense tiveram um saldo migratório negativo para dentro do estado, enquanto em termos interestadual estas regiões receberam um número grande de migrantes de outros estados. Caberiam estudos mais específicos nestas áreas sobre as mudanças no setor agroindustrial, se isto não estaria acarretando transformações nas relações sociais de trabalho em relação à população local e de outras regiões do país. Embora não tenha sido possível explorar mais detalhadamente a análise destes dados neste artigo, é importante destacar que estas particularidades exigem uma reflexão mais ampla, não apenas sobre estas regiões, mas também sobre os locais de origem desta imigração.

4. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

A dinâmica populacional em curso nas mesorregiões catarinenses apresenta diferencial não apenas em termos de ritmo como também de composição sociodemográfica. O conhecimento das particularidades é importante devido às implicações das políticas públicas¹⁴ sobre a educação, saúde, emprego e turismo.

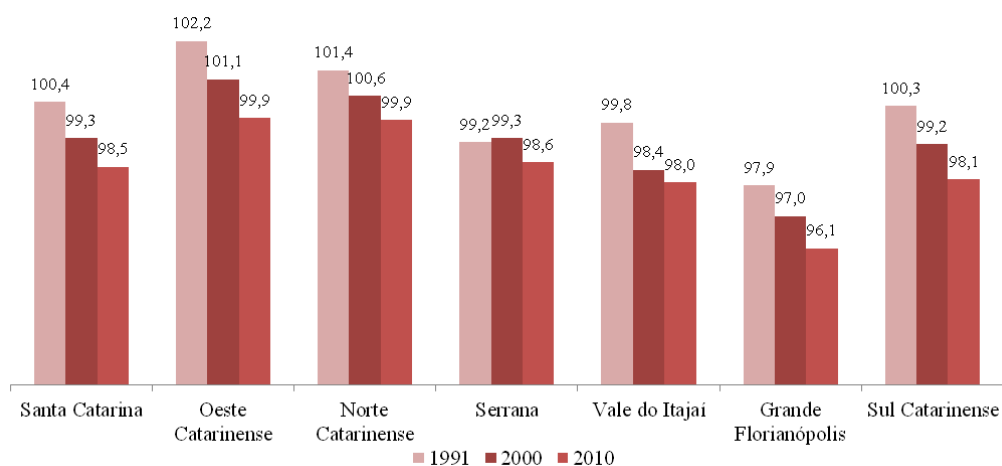
O estado de Santa Catarina como um todo apresenta um equilíbrio entre o número de mulheres e o número de homens. A Razão de Sexo, indicado na figura 1 aponta o predomínio de homens, mulheres ou um equilíbrio entre os sexos variando entre mesorregiões. O valor cem indica o equilíbrio entre os sexos, enquanto o valor acima de cem demonstra o

¹⁴ Sobre envelhecimento populacional e políticas públicas, conferir Wong e Carvalho (2006).

predomínio do sexo masculino e menos que cem indica o contrário, o predomínio de mulheres.

Em nenhuma região há uma diferença discrepante entre o número de homens e mulheres quando se trata da população como um todo. Ao longo do período analisado, a razão de sexo diminuiu em todas as mesorregiões, apresentando um leve predomínio das mulheres sobre os homens.

Figura 1 – Razão de sexo – 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Todavia, quando se diferencia os indivíduos vivendo nas áreas rurais ou urbanas, é possível visualizar uma maior discrepância entre as mesorregiões. De modo geral, há uma concentração de homens nas áreas rurais (tabela 7) especialmente nas regiões Oeste, Serrana e Sul, que passaram pela masculinização das áreas rurais ao longo dos trinta anos analisados.

Tabela 7 – Razão de sexo por população urbana e rural – 1991, 2000 e 2010

	1991		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Santa Catarina	97,1	108,9	96,9	108,8	96,6	109,0
Oeste Catarinense	96,2	108,9	96,6	109,3	96,1	110,4
Norte Catarinense	99,5	110,0	99,0	110,0	98,5	110,1
Serrana	95,0	110,5	96,1	111,7	95,5	114,1
Vale do Itajaí	97,1	109,0	96,5	108,7	96,8	107,3
Grande Florianópolis	96,0	108,7	95,8	109,5	95,2	106,6
Sul Catarinense	97,3	107,2	97,0	105,7	96,4	106,2

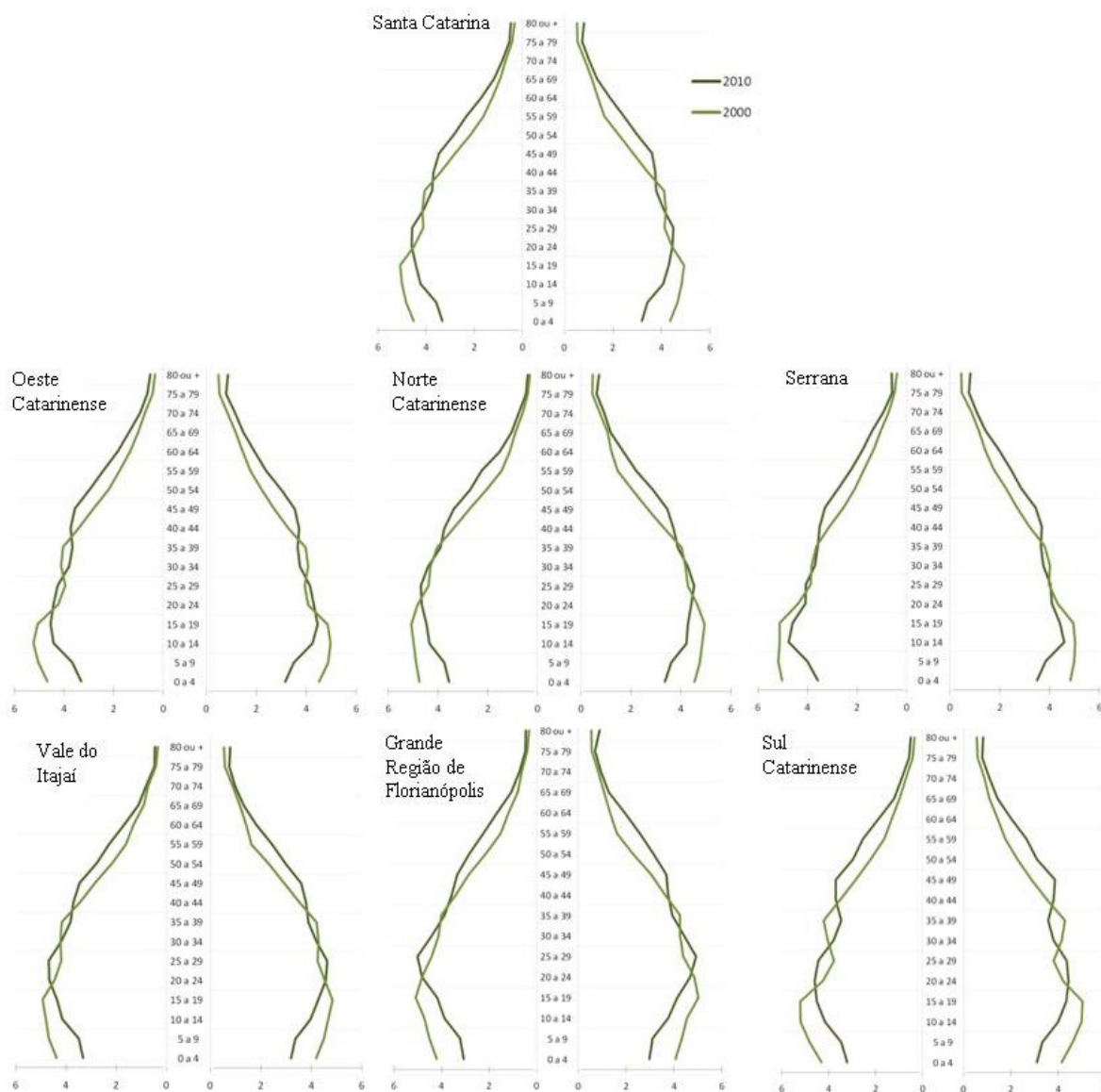
Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Em termos de estrutura etária nota-se uma mudança em relação à população em idade ativa (PIA), ou seja, entre 15 e 64 anos (figura 3). No ano de 2000 a faixa etária entre 10 e 19 anos concentrava maior população, grupo em idade de formação educacional e com menor volume entrando no mercado de trabalho. Já em 2010 a população entre 20 a 29 anos apresentava maior proporção relativa, grupo que se caracteriza como jovens ingressando no mercado de trabalho. Esta configuração etária constitui um enorme potencial para a economia local, pois seria justamente o grupo etário mais apto a trabalhar e consumir. Além disso, é o momento no qual a razão de dependência é menor, ou seja, se encontra uma alta proporção de população em idade ativa e baixa nas idades que requerem maiores cuidados físicos e financeiros, as crianças e idosos.

Segundo Alves (2004), este momento denominado com a menor razão de dependência, se qualifica como janela de oportunidades ou bônus demográfico, por apresentar condições para as melhorias na qualidade de vida e redução da pobreza e desigualdade.

Um segundo ponto importante diz respeito ao envelhecimento populacional. Entre 2000 e 2010 verificou-se o envelhecimento da população de Santa Catarina e de suas mesorregiões. Em 2000 a base piramidal era mais larga, com maior presença da população entre 0 e 14 anos. O estreitamento no período indica a perda do peso deste grupo, sendo um dos principais fatores a queda da fecundidade. Por outro lado, o ganho na expectativa de vida se reflete no aumento do peso da população de 65 anos ou mais. Entretanto, o envelhecimento não se resume apenas ao aumento proporcional da população idosa, mas também da população jovem e adulta.

Figura 2 – Pirâmides etárias - 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 2000 e 2010.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados demográficos apresentados, à luz de uma breve revisão da formação econômica, indicam a vigência de processos importantes no estado de Santa Catarina. Registre-se, todavia que estes processos não são apenas demográficos, dado que se relacionam com as estruturas produtivas das mesorregiões e alteram, no tempo e no espaço, as características da população catarinense.

Destaca-se, inicialmente, a redistribuição da população catarinense, que, como vimos, se traduz em uma elevação da concentração populacional nas dez maiores cidades do estado,

que ocupam apenas 3,4% do território, porém detendo 40% da população total. As iniciativas governamentais de desconcentração populacional e econômica parecem não ter surtido os efeitos desejados, indicando os limites da atuação das Secretarias de Desenvolvimento Regionais (SDRs).

Outro processo importante refere-se às trocas migratórias do estado de Santa Catarina com as demais Unidades da Federação. Se no âmbito das mesorregiões catarinense há perdas migratórias entre 2005 e 2010 (Oeste e Serrana) com outros estados, o estado totaliza um ganho de 206.701 pessoas. Em outras palavras, mais pessoas chegaram a Santa Catarina do que saíram. Isto sugere, de um lado, necessidades de explicações mais detalhadas, como entender quais setores e atividades econômicas atraem estes imigrantes, ou então entender se a migração a Santa Catarina tem significado efetivamente uma estratégia de mobilidade social, e, de outro, a adoção de medidas sociais, de acolhimento e de acesso aos direitos fundamentais, visando a integração social destes novos moradores do Estado.

Outro processo importante refere-se ao envelhecimento da população catarinense. Uma população progressivamente mais envelhecida exige do Estado políticas públicas específicas, sobretudo na área da saúde e da previdência. Todas estas transformações da estrutura populacional incidem, portanto, sobre as estruturas políticas e econômicas do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIDAR, T. O impacto das causas violentas no perfil de mortalidade da população residente no Município de Campinas: 1980 a 2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 20, n. 2, 2003.

ALVES, J. E. D. O. **Bônus Demográfico e o crescimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, Aparte, Inclusão Social em Debate, IE-UFRJ, 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/bonusdemografico.pdf>. Acesso em: 6 abril 2015.

BERQUÓ, E. Demographic evolution of the Brazilian population during the twentieth century. In: HOGAN, D. (Org.). **Population change in Brazil: contemporary perspectives**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.

BERTHO, A. C. S.; AIDAR, T. **Mobilidade cotidiana e as taxas de vitimização por acidentes de trânsito: o que é possível enxergar através dos dados censitários?**. In: Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, São Pedro, 2014. v. 1.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 221–236, ago. 2006. Acesso em: 4 abril 2015.

GOULARTI FILHO, Alcides. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio FEE** v. 23, n. 2, p. 977–1007, 2002.

LESTHAEGHE, Ron J. The Unfolding Story of the Second Demographic Transition. **PSC Research Report**, n. 10-696. 2010.

MATTEI, Lauro. Economia catarinense: crescimento com desigualdades regionais. **Anais do V Encontro de Economia Catarinense**. Florianópolis, 2011.

PATARRA, Neide Lopes. Trasiición Demográfica: Resumén Histórico o Teoría de Población?. *Demografia y Economía*, El Colegio Mexico, 1973.

WONG, Laura L. R.; CARVALHO, José A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.

Artigo recebido em maio de 2015 e aprovado em julho de 2015.

MIGRAÇÕES, DESRURALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E VIOLÊNCIA EM SANTA CATARINA

Juliano Giassi Goularti¹⁵

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é discutir as migrações no Estado de Santa Catarina no período das últimas décadas. Com base nos dados disponibilizados pelo Censo, é possível relacionar o aumento das migrações com o processo de urbanização e o surgimento da problemática urbana, como por exemplo, a violência que será apresentada através do relatório do Mapa da Violência. Pelos dados, verifica-se que as cidades que apresentam um maior grau de complexidade industrial como Joinville, Blumenau, Florianópolis, Itajaí, Chapecó e seu *hinterland* são as mais procuradas pelos migrantes e as que mais tiveram crescimento de sua população muito acima da média estadual. Por outro lado, as cidades com menor grau de desenvolvimento perderam população residente. Embora Santa Catarina não seja uma grande metrópole a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza etc... o Estado não está inerente ao chamado caos urbano.

Palavras chaves: Migrações; Urbanização; Santa Catarina.

MIGRATION, DERURALIZATION, URBANIZATION AND VIOLENCE IN SANTA CATARINA STATE

ABSTRACT

The objective of this paper is to discuss the migration in Santa Catarina state in the last decades. Based on data provided by the national census it is possible to relate the migration expansion to the process of urbanization and the emergence of urban issues, such as violence to be presented through the Violence Map Report. From the data, it turns out that the cities that have a higher degree of complexity as industrial Joinville, Blumenau, Florianópolis, Itajaí, Chapecó and its hinterland are the most sought after by migrants and that most of its population grew well above the state average. On the other hand, cities less developed lost residents. Although Santa Catarina is not a major metropolis example of São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza, the state is not inherent in the so-called urban chaos.

Key words: Migration; Urbanization; Santa Catarina.

¹⁵ Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Email: jggoularti@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Trabalhando com os dados disponibilizados pelo Censo, o objetivo deste artigo é analisar a mobilidade espacial em Santa Catarina na segunda metade do século XX e na primeira década do século XXI. No que tange a mobilidade espacial da população, em especial, a migração interna, é um fenômeno estrutural que segue o processo de industrialização e por melhores condições de vida. Através do relatório do Mapa da Violência também será discutido a evolução dos indicadores de violência no Estado.

As transformações econômicas coordenadas pelo Estado a partir de 1960 imprimiram uma nova dinâmica onde o espaço urbano passa a concentrar a maior parte da população. Com o crescimento econômico e o processo de industrialização pesada, a integração física territorial associada ao crescimento do mercado, cidades como Joinville, Blumenau, Florianópolis e seu *hinterland* cresceram muito acima da média estadual. Embora a conurbação urbana e o número de habitantes em Santa Catarina serem proporcionalmente inferiores as conurbações das grandes cidades brasileiras, a violência, a pobreza urbana e a construção de moradias em morros, encosta de morros e áreas de riscos também ocorrem no estado catarinense.

A economia catarinense torna-se, fundamentalmente, urbana e industrial e se expande em direção ao Litoral. Demonstrações de dados do Censo revelam que as cidades como Joinville, Florianópolis, Blumenau que apresentam um maior grau de complexidade industrial cresceram acima da média estadual. Estas três cidades que em 1970 representavam 4,34%, 4,77 e 3,46%, respectivamente, da população catarinense, passaram para 8,34%, 6,82% e 5,00% em 2010. No mesmo período, cidades como Lages, Tubarão, e Concórdia que representavam 4,44%, 2,30% e 1,57% da população de Santa Catarina em 1970, passaram a representar 2,54%, 1,57% e 1,11% em 2010.

Quanto aos fluxos migratórios, entre 1995 e 2000, 199.653 pessoas escolheram o estado de Santa Catarina para viver, enquanto cerca de 140 mil saíram. Dados do período 2005 e 2010 revelam um crescimento de 59,01% no total de pessoas que saíram de seus estados para morar em Santa Catarina, tendo a Capital como destino preferido. No período destaca-se também a imigração de mais de 20 mil estrangeiros. Para tanto, enquanto que os fluxos migratórios até os fins da década de 1970 era uma esperança de uma vida melhor, pós 1980 era uma forma de sobrevivência (CANO, 2008). Entretanto é preciso entender que as

migrações obedecem às especificidades do desenvolvimento econômico e da metamorfose da sociedade.

Este novo perfil da sociedade catarinense carrega consigo traços da violência e de fortes desequilíbrios regionais e sociais. Sem considerar a especulação imobiliária que é extremamente prejudicial para as cidades, uma vez que tem por finalidade a segregação socioespacial, ao conservar os lotes centrais e nobres valorizando o seu custo e exportando os pobres para bairros periféricos.

2. DESRURALIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

Ao contrário do Brasil, onde o padrão de ocupação rural ao longo de vários séculos foi extensivo (baseado em grandes extensões de terras), em função de sua condição colonial e, mais tarde, de país primário exportador, o estado de Santa Catarina foi constituído na pequena propriedade. A partir de meados do século XX, em sintonia com o crescimento da produção industrial e ampliação do mercado nacional, as cidades catarinense começam a se expandir. O grande salto ocorreu com o desenvolvimento da infraestrutura, especialmente transportes e energia elétrica, a partir do PLAMEG durante a administração de Celso Ramos (1961-1965). Desta forma, houve uma reconfiguração da rede urbana, determinando uma nova geografia econômica e regional. Neste período, 50,41% da estrutura da renda interna era oriunda da agricultura, enquanto que 20,72% da indústria e 28,91% do setor de serviços, e 68,18% da população viviam no meio rural.

A integração físico-territorial e a formação do sistema nacional de economia de mercado têm como base a infraestrutura, especialmente transportes, energia e telecomunicações. Os traçados das novas vias de transporte (ferrovias, rodovias, vias de navegação, linhas aéreas) tiveram impactos decisivos sobre o sentido dos fluxos e sobre a integração da economia e da sociedade brasileiras. A partir dos investimentos coordenados pelo Estado durante a execução do PLAMEG (1961-1965), PLAMEG II (1966-1970) e do Projeto Catarinense de Desenvolvimento (1971-1974), em sintonia com o crescimento da produção industrial e ampliação do mercado nacional, as cidades catarinense na faixa litorânea (Florianópolis, Joinville, Blumenau, Itajaí e arredores) se expandem (DINIZ, 2005).

Entre os anos de 1960 e 2010 as principais determinações do processo de urbanização em Santa Catarina decorreram basicamente da industrialização, da especialização regional e das políticas de desenvolvimento regional desigual. Após a política de planejamento dos anos

1960 e 1970 houve alterações sobre as determinações que agem sobre os processos de migração da zona rural para o meio urbano. A indústria e o comércio crescendo sua participação na riqueza iniciam-se um processo de migração de trabalhadores do meio rural para as cidades. Segundo dados do IBGE (2011), a taxa de urbanização no Estado passou de 21,32% em 1940 para 59,41% em 1980 e 83,90% em 2010.

Ao contrário da maioria das sociedades capitalistas ocidentais, a urbanização brasileira se deu num ritmo muito acelerado. Num período de 50 anos (1950-2000) o grau de urbanização subiu do patamar de 36,16% para 85,10%. Assim a urbanização acabou gerando uma exclusão urbanística, ou como sugerida por Cano (2008), uma “arrebentação urbana”, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano que é ignorada na representação da cidade oficial. Ligado ao desenvolvimento da economia de mercado, o fenômeno passa pela criação de novas indústrias que por sua vez faz aumentar consideravelmente a procura de empregos nas cidades, as quais já apresentam um maior grau de desenvolvimento e de complexidade industrial.

Tabela 1 – População residente, por situação do domicílio em Santa Catarina, 1940 e 2010

ANOS	Total	Urbana	(% Total)	Rural	(% Total)
1940	1.178.340	253.717	21,53	924.623	78,47
1950	1.560.502	362.717	23,24	1.197.785	76,76
1960	2.118.116	673.981	31,82	1.444.135	68,18
1970	2.901.734	1.246.043	42,94	1.655.691	57,06
1980	3.627.933	2.154.238	59,38	1.473.695	40,62
1991	4.541.994	3.208.537	70,64	1.333.457	29,36
2000	5.356.360	4.217.931	78,75	1.138.429	21,25
2010	6.248.436	5.247.913	83,99	1.000.523	16,01

Fonte: IBGE, vários anos.

Em Santa Catarina, nos últimos 70 anos a população mais que quintuplicou, subindo de 1.178 milhões de habitantes em 1940 para 6.248 milhões em 2010. Segundo previsões do IBGE, o estado deverá alcançar 7 milhões de habitantes em 2017 e 8 milhões em 2030. Enquanto que os municípios que mais cresceram nas últimas décadas se situam próximos à faixa litorânea, os que mais sofreram perdas populacionais se situam na mesorregião Oeste. Registra-se também que entre 1970 e 2010 houve pouca alteração na lista dos dez maiores municípios. O ponto a ser levantado é que na década de 1970 os dez maiores municípios

representavam 29,12% da população catarinense e em 2010 passaram a concentrar 39,70%, um crescimento de 36,53%.

3. MIGRAÇÕES E URBANIZAÇÃO

O resultado desse processo de urbanização está se refletindo na crise urbana, embora a urbanização seja inevitável, não foi por falta de planejamento, planos e legislações urbanísticas que as cidades cresceram e estão crescendo de forma desordenada (MARICATO, 2000). A velocidade e o adensamento urbano – notadamente em Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José e Criciúma – amplificaram as tensões sociais, desencadeando, no plano político, uma crescente massa de reivindicações com fortes conteúdos de justiça social derivado da segregação e exclusão social.

Tabela 2 – População das dez maiores cidades catarinenses, 1970 e 2010

Municípios	Censo 1970	Censo 1980	Censo 1991	Censo 2000	Censo 2010	Crescimento 1970-2010
Santa Catarina	2.901.660	3.628.292	4.541.994	5.356.360	6.248.436	112,93
Florianópolis	138.337	187.880	255.390	342.315	421.240	204,50
Lages	128.728	155.295	151.235	157.682	156.727	21,75
Joinville	126.058	235.803	347.151	429.604	515.288	308,77
Blumenau	100.275	157.251	212.025	261.808	309.011	208,16
Criciúma	81.452	110.597	146.320	170.420	192.308	136,10
Tubarão	66.876	75.242	95.062	88.470	97.235	45,40
Itajaí	63.139	86.456	119.631	147.494	183.373	190,43
Chapecó	49.865	83.772	123.050	146.967	183.530	268,05
Concórdia	45.465	59.426	64.338	63.058	68.621	50,93

Fonte: IBGE, vários anos.

A demonstração dos dados revela que as cidades como Joinville, Florianópolis, Blumenau, que apresentam um maior grau de complexidade industrial, cresceram acima da média estadual e do crescimento dos municípios com menor grau de complexidade industrial. Estas três cidades, que em 1970 representavam, sucessivamente, 4,34%, 4,77% e 3,46% da população catarinense, passaram para 8,34%, 6,82% e 5,00% em 2010. No período destaca-se o crescimento populacional abaixo da média de Lages, Tubarão e Concórdia. Estes municípios que em 1970 representavam 4,44%, 2,30% e 1,57% da população de Santa Catarina, passaram a representar 2,54%, 1,57% e 1,11% em 2010. No geral, Joinville, Florianópolis, Blumenau, que representavam 12,57% da população estadual em 1970,

passaram a representar 20,16% em 2010. Enquanto que Lages, Tubarão, e Concórdia passaram de 8,31% para 5,22% no mesmo período.

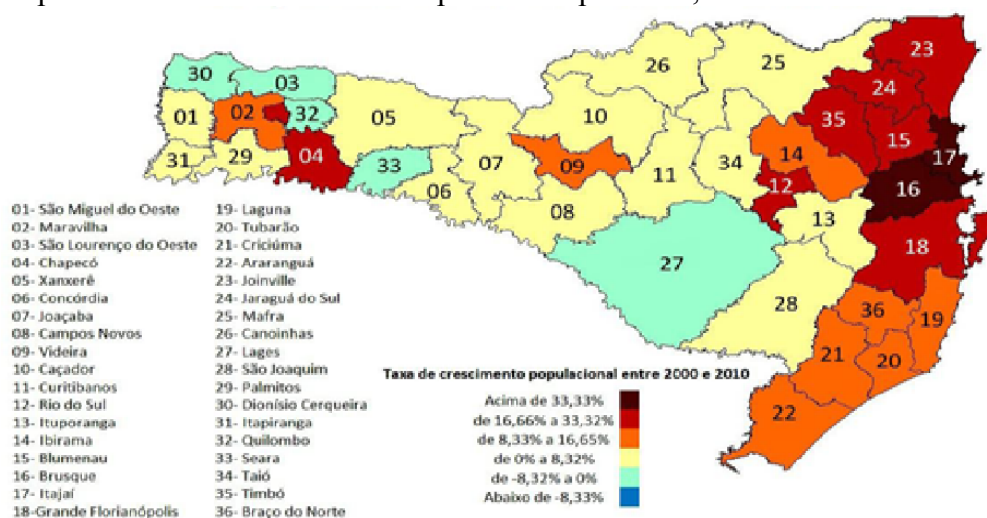
Tabela 3 – Participação dos dez maiores municípios na população catarinenses, 1970 e 2010

Municípios	Censo 1970	Censo 1980	Censo 1991	Censo 2000	Censo 2010	Crescimento 1970-2010
Florianópolis	4,77	5,18	5,62	6,39	6,82	43,00
Lages	4,44	4,28	3,33	2,94	2,54	- 42,82
Joinville	4,34	6,50	7,64	8,02	8,34	91,97
Blumenau	3,46	4,33	4,67	4,89	5,00	44,72
Criciúma	2,81	3,05	3,22	3,18	3,11	10,88
Tubarão	2,30	2,07	2,09	1,65	1,57	- 31,72
Itajaí	2,18	2,38	2,63	2,75	2,97	36,39
Chapecó	1,72	2,31	2,71	2,74	2,97	72,85
Concórdia	1,57	1,64	1,42	1,18	1,11	- 29,12

Fonte: IBGE, vários anos.

Dados do Censo 2010 revelam ainda que dos 25 maiores municípios apenas Lages teve perda de população residente. Observa-se também que decorrente do processo de migração, o conjunto dos municípios compreendidos pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) de Quilombo sofreu uma perda populacional de 7,31%; Lages 2,10%; São Lourenço do Oeste 0,90%; Seara 0,82% e Dionísio Cerqueira 0,64%. O Censo 2010 revela que em 23 das 36 regiões de SDR o município sede cresceu mais que a média do restante dos municípios, e em 13 delas o município sede cresceu menos (IBGE, 2011).

Mapa 1 – Taxa de Crescimento Populacional por SDR, 2000 e 2010



Fonte: IBGE, 2011.

Como resultado da criação de novos municípios, nos últimos 20 anos (1990-2010), o número de municípios com população entre 1 e 3.000 mil habitantes cresceu de nove para 55. Dos 76 novos municípios criados no período considerado, 47 deles foram criados com população até 3.000 mil habitantes. Hoje 58,36% dos municípios catarinenses possuem população de até 10.000 mil habitantes, contra 54,08% em 1970. Atualmente 12 municípios possuem população acima de 100.000 mil habitantes e somente 1 acima de 500.000 mil. Em 1970 eram 4 os municípios com população acima de 100.000 mil habitantes e nenhum acima de 500.000 mil. Uma observação requer destaque: Lages representava 4,44% da população catarinense em 1970, passando para 2,54% em 2010. Já Joinville passou de 4,34% em 1970 para 8,34% em 2010. Registra-se também que o estado possui 36 municípios costeiros que representam $\frac{1}{3}$ da população catarinense, com uma densidade demográfica de 187 hab/km², comparativamente à densidade demográfica do Estado que em 2010 era de 65,27 hab/km², ante 56,14 em 2000, 47,61 em 1991 e 38,00 em 1980. Se, por um lado, a maior densidade demográfica concentra-se na região da Foz do Itajaí (196,94) e Grande Florianópolis (158,61), por outro, a menor concentração esta na região Serrana (18,22) e Meio Oeste 34,15 (IBGE, 2011b).

Outra observação que chama atenção é que de 2000 para 2010 cresceu de 47 para 55 o número de municípios com população de 1 até 3.000 mil habitantes, ao mesmo tempo em que houve diminuição de 41 para 29 do número de municípios com população entre 5.001 até 7.000 mil habitantes, o que indica que houve uma migração da população residente, isso porque houve pouca alteração na estrutura da tabela 4. Comparando-se, ainda, os dados do

Censo de 2000 com os dados do Censo de 2010, verifica-se que, no ano de 2010, dos 293 municípios catarinenses, 99 deles registram perdas populacionais. O maior crescimento se deu em Joinville, Florianópolis e Blumenau, com um aumento populacional de 85.684 mil, 78.925 mil e 47.203 mil, respectivamente. Já a maior perda se deu em Correia Pinto, Imaruí e Anita Garibaldi, um saldo negativo de 2.241 mil, 1.732 mil e 1.650 mil, respectivamente. (IBGE, 2000; 2011).

Tabela 4 – Número de municípios por escalonamento populacional

Escalonamento	1970	1980	1991	2000	2010
De 1 até 3.000 mil	10	8	9	47	55
De 3.001 até 5.000 mil	28	29	36	59	53
De 5.001 até 7.000 mil	28	24	23	41	29
De 7.001 até 10.000 mil	40	39	43	35	34
De 10.001 até 15.000 mil	37	33	37	42	41
De 15.001 até 20.000 mil	20	18	19	19	20
De 20.001 até 25.000 mil	13	15	10	11	13
De 25.001 até 30.000 mil	3	7	9	3	7
De 30.001 até 40.000 mil	7	9	7	9	9
De 40.001 até 50.000 mil	4	5	8	8	5
De 50.001 até 70.000 mil	2	1	6	6	12
De 70.0001 até 90.000 mil	1	4	1	3	2
De 90.001 até 150.000 mil	3	1	5	4	5
De 150.001 até 200.000 mil	-	3	1	3	4
De 200.001 até 300.000 mil	-	1	2	1	1
De 300.001 até 500.000 mil	-	-	1	2	2
Acima de 500.001 mil	-	-	-	-	1
TOTAL	196	197	217	293	293

Fonte: IBGE, vários anos.

Nesta direção, em 1970 a região Oeste do Estado que representava 25,70% da população estadual, passou para 19,60% em 2010; a região Sul de 17,20% para 14,80%; a região Serrana de 11,10% para 6,80%; a região Norte de 14,70% para 19,40%; o Vale do Itajaí de 19,90% para 23,50%; e a região da grande Florianópolis de 11,30% para 15,70%. Em resumo, as regiões Oeste, Sul e Serra perderam participação no total da população enquanto que as regiões Norte, Vale do Itajaí e grande Florianópolis aumentaram sua participação. Podemos dizer que as regiões que foram se constituindo com maior grau de complexidade industrial, que foram desenvolvendo as forças produtivas e que apresentam uma maior

Divisão Social do Trabalho passaram a concentrar a maior parte da população de Santa Catarina.

Com isso, nota-se que a ampliação e melhoria dos sistemas de transportes e de comunicações fortalecem a integração econômica das regiões economicamente mais desenvolvidas, reforçando a concentração espacial das indústrias, dos serviços, da produção, do consumo e da população. E esta tem sido uma das características marcante da história brasileira e catarinense a partir da década de 1960. Desta forma é preciso entender que as migrações não têm somente consequência para o desenvolvimento regional, mas também implicações importantes para a estrutura das desigualdades. Nessa perspectiva, é que

O movimento migratório revela o movimento de constituição das disparidades e desigualdades espaciais. E, sobre este espaço desigualmente organizado e articulado compreende a coexistência de processos espaciais, donde novos e outros tipos de fluxo migratórios se realizam. A lógica permite aceitar que a existência das desigualdades regionais permitiria assumi-las como fato principal da origem das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas (MENEZES, 2000, p. 3).

Quanto aos fluxos migratórios, entre 1995 e 2000, 199.653 pessoas escolheram o estado catarinense como endereço, enquanto outras 139.667 saíram de Santa Catarina. O saldo positivo de 59.986 moradores a mais deixou Santa Catarina como o terceiro mais procurado, atrás apenas de São Paulo (339,9 mil) e Goiás (202,8 mil). Os dados do período 2005 e 2010 revelam um dado ainda maior: o crescimento de 59,00% no total de pessoas que saíram de seus estados para morar em Santa Catarina, fato que elevou para 174.112 a mais o quadro populacional do Estado. A Capital foi à cidade catarinense que recebeu mais migrantes de Rondônia, Amazonas, Pará, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. O maior número de migrações veio do Rio Grande do Sul (16.439 pessoas), seguido pelo Paraná (6.930 pessoas) e São Paulo (6.176 pessoas) (IBGE, 2011).

Entre 2000 e 2010 Santa Catarina foi o estado que recebeu o maior volume de migrantes de outros Estados e imigrantes de outros países segundo dados da Amostra do Censo Demográfico 2010. No Brasil, de 2000 a 2010, 11.316.720 pessoas trocaram de Estado, contra 9.909.119 na década anterior. Destaque que no período 2000-2010, 638.494 mil (5,60%) migraram para Santa Catarina. Com uma população de 6.248.436 habitantes, 5.130.746 são naturais de Santa Catarina, enquanto que 1.117.690 nasceram em outro estado, ou mesmo no exterior. Motivado por oportunidade de trabalho, a última amostragem do

Censo registrou que Santa Catarina recebeu 638.494 pessoas de outras regiões do país e do exterior (IBGE, 2011; 2011b).

A sociedade brasileira se urbaniza e na década de sessenta a população urbana supera a rural. As maciças migrações internas transitam pelo mercado de trabalho nacionalmente integrado acelerando, ao mesmo tempo, o processo de urbanização e metropolização. Esse novo perfil da sociedade brasileira, urbana, metropolitana e industrial, tem a marca estrutural das migrações internas que, simultaneamente, colaboraram para a constituição de uma sociedade nacionalmente integrada, mas com fortes desequilíbrios regionais e sociais (BRITO [et. al] 2012, p. 7).

Em Balneário Camboriú observa-se que 79,23% dos moradores não nasceram no município, isso quer dizer, são migrantes. Em Florianópolis, apesar da metade da população não ter nascido na cidade, os números derrubam um mito, o “manezinho” não é raridade porque ele representa 48,29% das pessoas que vivem na Capital. O município mais catarinense do estado é Atalanta. Situado no Vale do Itajaí e colonizado por italianos e alemães, lá moram 3.300 habitantes, sendo que 99,43% deles nasceram no próprio estado. Depois vem Agronômica (99,26%) e Bela Vista do Toldo (99,23%). Formosa do Sul, no Oeste, é a cidade das raízes, uma vez que 90,92% dos moradores moram no município há mais de 10 anos. Ao contrário de Vidal Ramos, no Vale do Itajaí, onde 67,86% estão na cidade há menos de um ano (IBGE, 2011).

Em pesquisa realizada pelo IBGE divulga em 2013 na recontagem da população brasileira mostrou que no Estado de Santa Catarina a cidade mais procurada pelos migrantes foi Araquari, no Norte do Estado. A recontagem do IBGE mostrou que Araquari é o município de Santa Catarina com maior aumento nos últimos dois anos. O crescimento chegou a 10,00%. Com 26 mil habitantes, as instalações de indústrias metalúrgicas são as grandes responsáveis por esse crescimento. A estimativa é que as migrações para a cidade cresçam ainda mais com a instalação da unidade da empresa alemã BMW. Expectativas da Associação Empresarial e Agrícola de Araquari (ACIAA) é que como resultado das migrações a população aumente em 50,00% nos próximos 10 anos (DIÁRIO CATARINENSE, 2012).

Como aponta o trabalho de Baeninger (2012) em que o século XXI anuncia a expansão dos espaços da migração no Brasil que serão demarcados pelo crescimento das áreas de rotatividade migratória, embora que as migrações interestaduais continuem apresentando decréscimos em seus volumes. Porém segundo estudo de Baeninger (2012, p. 83) esse decréscimo “[...] não implica em uma tendência de estagnação das migrações; ao contrário,

denota outros arranjos da própria migração interna, bem como seus atuais desdobramentos, com novas modalidades de deslocamentos populacionais em âmbitos locais e regionais”. É neste contexto que se insere Santa Catarina num movimento migratório das regiões do Planalto Serrano, Oeste e Extremo Oeste para as regiões litorâneas.

Dentro do movimento migratório interestadual, de todos os migrantes brasileiros com destino a Santa Catarina, a maioria veio da Região Sul (67,81%). Neste período de dez anos, o estado recebeu mais migrações do Paraná (40,00%) e do Rio Grande do Sul (30,00%). Dos 638.494 mil migrantes que Santa Catarina recebeu entre 2000 e 2010, 212.702 vieram do Paraná, seguidos dos gaúchos 162.422. No período, Santa Catarina recebeu 20.872 imigrantes estrangeiros. A maior parcela ficou para os Estados Unidos, com 4.418, seguidos do Paraguai, 2.630 e Argentina, 1.984. Enquanto que no período de 1995 a 2000, movimentou-se 30,6 migrantes para cada mil habitantes, valor que caiu para 26,3 migrantes para cada grupo de mil entre 2005 e 2010 (IBGE, 2011).

No que compete aos fluxos migratórios, até os fins da década de 1970 o movimento migratório era uma marcha pela esperança de uma vida melhor. Já após 1980 era uma forma de marcha pela sobrevivência (CANO, 2008). Usando das palavras de Menezes (2000, p. 4) “A migração seria vista como uma estratégia para as pessoas maximizarem o seu acesso às oportunidades irregularmente repartidas no espaço e desigualmente disponíveis no tempo”. Na interpretação de Brito [et. al] (2012, p. 6),

A mobilidade espacial da população, em especial, a migração interna, é um fenômeno estrutural e, como tal, não se apreende as suas grandes transformações a não ser do ponto de vista histórico. No Brasil, em particular, as migrações internas se constituíram em um dos determinantes estruturais mais importantes da formação das suas sociedade e economia contemporâneas. Não seria equivocado afirmar que as migrações acompanharam a nossa história desde o período colonial, passando pelo Império e chegando à República.

No tocante da riqueza estadual, a concentração da população acompanha a concentração dos meios de produção e consumo. Com base nos dados do PIB municipal, enquanto que em 1999 os dez municípios mais ricos concentravam 46,90% do PIB estadual, em 2010 passaram a concentrar 50,60%. Destaque para o crescimento de 897% no PIB de Itajaí (586% acima do crescimento estadual no período), crescimento este sustentado pelo programa de incentivo fiscal Pró-Emprego criado em 2007 que reduziu a alíquota de ICMS de 17,00% para 3,00% no ato do desembaraço aduaneiro. Exemplo é que das 817 empresas beneficiadas pelo enquadramento do programa entre 2007 e 2011 119 delas se instalaram em

Itajaí, 88 em Joinville, 46 em Blumenau e 42 em Florianópolis, o que significa uma representação de 40,51% (GOULARTI, 2014).

Decorrente dos incentivos fiscais que favoreceram Itajaí, isso fez com que diversas empresas transferissem o seu faturamento para lá. Muitas empresas que antes realizavam a apuração do imposto em municípios da região Oeste do Estado passaram a realizar em Itajaí. As transformações das exportações e importações da economia catarinense pós-2007 vem alterando a configuração urbano-regional no Estado, reforçando especializações regionais. Ademais, a concentração dos investimentos públicos e privado no Litoral e as melhores condições de infraestrutura e da logística da região portuária na região litorânea acabam contribuindo na reestruturação do ordenamento territorial do Litoral, por consequência aumentando a migração interna para a região portuária e litorânea.

Dentro da reestruturação da administração pública, com as Secretarias de Desenvolvimento Regional pretendia-se “[...] combater a litoralização, que vem esvaziando, dramaticamente, o campo, e inchando, deformando as cidades, a começar por nossa bela Capital” (SILVEIRA; MOREIRA, 2002, p. 1). Mas o que vimos (Mapa 1) é que de 2000 a 2010 das dez cidades que mais cresceram, sete ficam no Litoral. Não diferente do Censo de 2000 que das dez cidades catarinenses em que a população mais cresceu (entre 1991 a 2000) oito estão no Litoral. O Censo mostra ainda que os municípios que mais perderam população situam-se na região do grande Oeste (IBGE, 1991; 2011).

O processo de migração das populações não se constituiu uma novidade histórica. Os países capitalistas de primeira geração (Inglaterra) e os de segunda geração (Europeus, Estados Unidos e Japão) apresentaram todos a mesma tendência, ou seja, uma maciça transferência da população que reside nas zonas rurais para as cidades. Mas a questão que levantamos é que os dados apresentados no Censo 2010 mostram que os objetivos pretendidos com a criação das 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional em 2003 (atualmente são 36) não foram logrados, ou melhor, não se estancou o processo de urbanização e muito menos de litoralização (GOULARTI, 2014b).

Ao mesmo tempo em que concentram a maior parte da população estadual, as regiões de Joinville, Blumenau e Florianópolis concentram 55,70% do número total de empregos formais do Estado, 55,60% do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria, 60,40% do VAB do setor de serviços, 9,20% do VAB agropecuário, 49,10% do consumo industrial de energia elétrica, sendo somente o município de Joinville representa 22,50% e 67,10% do consumo comercial de energia elétrica (SANTA CATARINA, 2013). Outra observação é que o

crescimento da rede urbana está relacionado com a perda da participação do setor primário na composição do PIB estadual – que compunha 48,10% em 1950 passa para 38,30% em 1970 depois para 23,10% em 1990 e 8,20% em 2010.

Compreender as relações que se estabelecem a partir das novas determinações sobre os processos de urbanização em Santa Catarina, bem com o impacto sobre a rede urbana brasileira é uma tarefa que precisa ser aprofundada, especialmente dentre as figuras públicas. Lefebvre (2008, p. 49) ao pesquisar sobre a “revolução urbana” coloca que “Atualmente o fenômeno urbano surpreende por sua enormidade; sua complexidade ultrapassa os meios do conhecimento e os instrumentos da ação prática”. Contudo, para tamanha complexidade gerada pelo processo de urbanização, Maricato (2000, p. 169) defende em sua pesquisa que para “A construção da nova matriz urbanística passa pela eliminação da distância entre planejamento urbano e gestão”.

Embora as transformações – o fenômeno urbano, a revolução urbana, a arrebentação urbana ou a urbanização suportável – em Santa Catarina sejam de menores proporções que Rio de Janeiro (Capital), São Paulo (Capital), Distrito Federal (Brasília), Ceará (Fortaleza), Bahia (Salvador), Minas Gerais (Belo Horizonte), Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e demais estados brasileiros, o caos urbano explodiu e veio para ficar. Embora o Censo 2010 tenha demonstrado que a taxa de fecundidade, a taxa de urbanização e a migração tenham diminuído, a sociedade urbana contemporânea imprime com maior força e com maior intensidade as contradições da sociedade capitalista.

4. SANTA CATARINA NO MAPA DA VIOLÊNCIA

Com o processo de concentração e centralização da riqueza em poucas cidades, as migrações são uma consequência. Todavia o resultado tem sido o aumento considerável da criminalização e da violência urbana. Por exemplo, entre os jovens de 15 a 29 anos, o homicídio por arma de fogo passou de 4.415 vítimas, em 1980, para 24.882, em 2012, representando 463,64% de aumento nos 33 anos no período considerado. Existe escassez de fontes e poucas alternativas para aprofundar estudos sobre a cor das vítimas de armas de fogo, mas as taxas de homicídios de brancos caíram entre 2003 e 2012 de 14,52 para 11,82 em 100 mil brancos, enquanto as taxas de homicídios de negros aumentam de 24,93 para 28,57: as taxas brancas caem 18,74% e as negras aumentam 14,13%. Em Santa Catarina a taxa de homicídios (por 100 mil) da cor branca aumentou de 6,01%, em 2002, para 8,03%, em 2012,

enquanto que as da cor negra passaram de 10,54 para 10,91%, no mesmo período (WAISELFISZ, 2014).

A urbanização acelerada gerou uma série de efeitos complexos que superdimensionaram vários problemas de ordem municipal, multiplicando seus tamanhos e custos, tornando-os, assim, problemas regionais, estaduais ou mesmo federal. Esse efeito estimulou o aumento da especulação imobiliária, encareceu sobremodo os custos da infraestrutura urbana e piorou a qualidade de vida urbana. Além disso, o elevado encarecimento da moradia e a omissão e corrupção política dos órgãos públicos amplificou também a ocupação de espaços impróprios para assentamentos humanos, como morros, encostas, alagadiços e outros. Desta forma, do ponto de vista social, a exclusão tornou-se menos rural e mais urbana, onde se combina a concentração da riqueza com a exclusão social e a marginalidade (DINIZ, 2005).

O Mapa da Violência apresenta uma visão panorâmica e simultaneamente do fenômeno da violência homicida no país, o que permite uma compreensão melhor do problema da violência urbana. A média de homicídios em 2012 é maior que a registrada nos últimos anos – em 2010, foi de 2,4 mortes por dia. Em 2008, eram 2,1. Onde há maior conurbação urbana há mais mortes. Oito das 10 cidades mais populosas estão no Litoral. É justamente no Litoral que os homicídios mais acontecem. Joinville e Florianópolis, que têm o maior número de habitantes, estão também empatadas no topo do *ranking* dos homicídios no estado. Ademais, o Mapa da Violência nos mostra que uma pessoa é assassinada a cada oito horas em Santa Catarina (WAISELFISZ, 2014).

Embora a taxa média de homicídio em Santa Catarina seja a menor do Brasil, de 2000 para 2012 houve um crescimento de 7,90% para 12,80%. Esse crescimento é pequeno quando comparado com Alagoas, que passou de 25,60% para 66,80%; Pará, de 13,00% para 45,90%; Ceará, de 16,00% para 29,70%; Maranhão, de 6,10% para 22,50%; e Paraíba, de 15,10% para 38,60%. No contexto nacional, os Estados mais pobres são aqueles que apresentam a maior taxa de homicídios, enquanto que estados como São Paulo e Rio de Janeiro registram queda, 42,20% para 13,90% e 51,00% para 26,20%. No geral a taxa de homicídios cresceu no Brasil, atingindo, em 2012, o maior índice de que se tem registro desde 1980, ou seja, passou de 49.695 em 2002 para 56.337 em 2012 (WAISELFISZ, 2014).

Tabela 5 – Homicídios em Santa Catarina (2008-2012)

Município	Número de Homicídios				
	2008	2009	2010	2011	2012
Joinville	86	89	83	76	86
Florianópolis	91	84	97	87	65
Criciúma	22	23	28	31	55
Chapecó	47	35	42	62	46
São José	38	51	43	53	41
Itajaí	63	71	57	57	38
Camboriú	10	27	17	22	32
Blumenau	30	25	32	27	28
Palhoça	20	12	12	14	22
Lages	14	14	26	22	20
Jaraguá do Sul	11	6	12	18	19
Balneário Camboriú	28	25	30	17	18
Total	460	462	479	486	470
Total Santa Catarina	789	800	812	797	816

Fonte: WAISELFISZ, 2014 - Mapa da Violência.

No *ranking* da tabela aparece o município de Joinville, a cidade mais populosa do estado como também aquela que apresenta um elevado grau de complexidade industrial. Das 12 cidades mais violentas, duas observações a serem relacionadas: são estes os municípios mais populosos do Estado como também os que detêm maior participação no PIB estadual. Na média, os municípios relacionados na tabela acima representam 58,60% dos homicídios e 42,20% da população estadual. Cidades como Navegantes, Araquari e São Francisco do Sul que não estão nominadas também apresentam taxa de homicídios acima da média estadual. Quando retratado por região, a maior incidência em homicídios localiza-se na Região Metropolitana (RM) da Foz do Rio Itajaí, seguido da RM de Florianópolis e RM do Norte/Nordeste. Por último, ao abrirmos ainda mais os dados do Mapa da Violência, verifica-se que a taxa de homicídio nos municípios com população entre 2 mil e 10 mil habitantes praticamente não existe. As maiores incidências de homicídios estão concentradas nas cidades acima de 20 mil habitantes (WAISELFISZ, 2014).

As áreas mais violentas do Estado são justamente as cidades mais populosas e onde se concentram a maior parte da produção e o consumo estadual. Enquanto que a taxa de homicídios diminuiu 34,72% nos municípios de até 5 mil habitantes, cresceu 81,58%, 90,11% e 127,50% nos municípios de 50 a 100 mil, 100 a 200 mil e 200 a 500 mil. Isso mostra que os municípios que receberam migrantes e imigrantes são aqueles que apresentam maior índice de

violência e aqueles que perderam população residente são os que sequer aparecem nas estatísticas de homicídios(WAISELFISZ, 2014).

Tabela 6 – Taxa de homicídio (100 mil habitantes) por tamanho de município (2000-2010)

Tamanho do Município	Homicídios 2000		Homicídios 2010		Δ % Taxas	Nº Municípios
	Nº	Taxa	Nº	Taxa		
Até 5 mil habitantes	25	7,2	16	4,7	-34,72	108
De 5 a 10 mil	34	7,7	40	8,6	11,69	64
De 10 a 20 mil	46	6,4	51	6,2	-3,13	60
De 20 a 50 mil	60	7	105	10,4	48,57	34
De 50 a 100 mil	61	7,6	160	13,8	81,58	15
De 100 a 200 mil	89	9,1	209	17,3	90,11	8
De 200 a 500 mil	65	8	171	18,2	127,50	3
Acima de 500 mil	46	10,7	83	16,1	50,47	1

Fonte: WAISELFISZ, 2014 - Mapa da Violência.

Abrindo os dados da violência urbana em Santa Catarina é possível observar que a incidência de crimes está na faixa etária entre 25 e 35 anos onde o motivo principal da ocorrência é o “não esclarecido”, seguido pelo tráfico. Outro ponto a ser observado é o local do crime. As áreas mais violentas nas cidades de Joinville, Florianópolis, Criciúma, Chapecó, São José e Itajaí como nas demais, são áreas onde concentram uma população com menor renda salarial, baixa escolaridade, emprego precário e piores condições de moradia urbana. O Mapa da Violência 2014 revela ainda que enquanto a taxa de homicídio na população branca é 12,20%, na população negra são 17,00%, sendo que a taxa de homicídio na população negra jovem é 33,10% e na branca 22,10% (WAISELFISZ, 2014).

Por último, dados publicados em 2011 pela Secretaria de Estado da Segurança de Santa Catarina apontaram que 151 municípios catarinenses não registraram ocorrência dolosa que resultaram em morte, em 2012 foram 150 e em 2013 foram 142 cidades. As tipificações consideradas para este levantamento não são apenas de homicídios, mas também de latrocínio, confronto com a polícia que resulta em morte, lesão corporal seguida de morte e infanticídio. Em 2014 (até junho) 194 cidades que não registraram homicídios, o equivalente a 65,76% dos municípios catarinenses (SANTA CATARINA, 2014).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o processo de migração em Santa Catarina, é possível perceber que nas últimas décadas o estado têm recebido mais migrantes do que expulsado e que a população residente do Planalto Serrano e no Grande Oeste está migrando para o Litoral. Embora se registre um declínio na taxa de fecundidade nas últimas décadas, a urbanização e a litoralização mantiveram-se em ritmo acelerado, agravando ainda mais a crise social e aumentando os índices de violência.

Embora Santa Catarina possua um pouco mais de 6 milhões de habitantes, uma cidade acima de 500.001 mil, duas entre 300.001 e 500.000 mil e uma entre 200.001 e 300.000 mil habitantes e não possua um grande centro urbano a exemplo das metrópoles brasileiras, cidades como Florianópolis, Joinville, Blumenau seguido de Criciúma, Chapecó e Itajaí apresentam características semelhantes a problemática das grandes cidades brasileiras. Com a especulação imobiliária que reserva os melhores terrenos da cidade a população mais rica, os migrantes pobres de outros estados e do próprio estado foram morar nos morros, encostas de morros, beira de rios e áreas de risco, transformando a problemática urbana em problemática social.

Com processo de urbanização e crescimento desordenado das cidades litorâneas, em 2003 o governo catarinense criou 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional com objetivo de frear a litoralização. Hoje são 36 Secretarias Regionais e o processo de migração das regiões da Serra Geral e do grande Oeste rumo ao Litoral continuou conforme dados apresentados pelo Censo 2010. Registra-se, também, que na última década houve um processo de centralização e concentração da riqueza. As dez cidades com a maior participação no PIB em 2000 aumentaram sua concentração, passando de 46,90% para 50,60% em 2010. Todavia, estas cidades que apresentam um elevado grau de complexidade industrial e detêm maior participação no PIB estadual são também as mais violentas.

Ao longo dos últimos 70 anos, pode-se dizer que não foi por falta de planejamento, planos e legislações urbanísticas que as cidades catarinenses cresceram e estão crescendo de forma desordena, isto porque neste período foram criados diversos Planos Territoriais com foco no planejamento e no desenvolvimento. Entre eles incluem-se a Política de Desenvolvimento Regional e Urbano para Santa Catarina, Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico, Atlas de Santa Catarina, Santa Catarina, estado onde investir, Plano Básico de Desenvolvimento Regional, Zoneamento Ecológico Econômico, Programa

Integrado de Desenvolvimento Socioeconômico, Plano de Gerenciamento Costeiro. São planos que buscaram o diálogo e a organização dos sujeitos à escala regional. Poderíamos acrescentar a criação das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, as 21 Associações de Municípios, as seis Mesorregiões, as 20 Microrregiões geográficas definidas pelo IBGE, os 16 Comitês de Bacias Hidrográficas, os 16 Fóruns de Desenvolvimento Regional e as onze Regiões Metropolitanas.

Nas últimas décadas a análise dos resultados apresentados permite afirmar que Santa Catarina vem vivenciando um amplo processo de transformação, no que se refere a sua distribuição populacional. Uma dessas transformações é que enquanto que os municípios litorâneos receberam migrantes e apresentaram crescimento populacional acima da média estadual, os municípios do Planalto Serrano e do Oeste catarinense nas últimas décadas sofreram uma redução populacional ou apresentaram saldos migratórios negativos, ou seja, estão vivenciando um processo de desruralização.

A despeito da velocidade do processo de urbanização nas regiões mais industrializadas, há que entendê-lo como parte de uma urbanização suportável, dada a existência de mecanismos de assentamento e acomodação das camadas de baixa renda, em termos de possibilidade de uma periferização ainda próxima aos centros urbanos, acesso a lotes baratos ou ocupação de áreas de risco, como morros, alagados e outras áreas ruins ou inapropriadas. O avanço da urbanização, da especialização regional e da inserção externa da economia catarinense no mercado internacional fará com que a questão urbana e a política habitacional passem a ser vistas com outro olhar. Daí hoje o grande desafio para o estado de Santa Catarina e também para os governos municipais e federal, ser a administração dessas aglomerações urbanas como também a explosão da violência urbana nas últimas décadas.

Ademais, a questão é tencionar os que produzem o espaço urbano (os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos) para a construção de uma cidade e um espaço urbano com condições dignas de moradia, de sobrevivência e de qualidade de vida. Por último, outra questão é saber se a sociedade urbana que está cada vez mais num processo de conurbação saberá evitar o aumento desenfreado da violência e da criminalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, R. (2012) **Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil**. Ver. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XX, Nº 39, p 77-100, jul./dez.

BRITO, F. [et. al] (2012) **A mobilidade interestadual da população no Brasil no início do século XXI** : mudança no padrão migratório. Belo Horizonte (MG) : UFMG/CEDEPLAR. 26 p. : il. - (Texto para discussão, 465)

CANO, W. (2008) **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo (SP) : Ed. UNESP. 294p.

_____. (2012) **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Local de publicação, 13, junho.

DIÁRIO CATARINENSE. **Entrevista: Raimundo Colombo, Governador**. Florianópolis (SC) : 23/10/2012. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/clipping/23102012>>. Acesso em: 21 de junho de 2015.

DINIZ, C. (2005). Território e Nação. In: IPEA. **Brasil: o Estado de uma Nação**. Brasília, IPEA, p. 158-197.

GOULARTI, J. G.(2014) **Desenvolvimento Desigual: incentivos fiscais e acumulação em Santa Catarina**. Florianópolis (SC) : Ed. Insular, 192p.

_____.(2014b) **Um decênio das secretarias de desenvolvimento regional em S. Catarina: o que mudou?** VIII Encontro de Economia Catarinense. Data: 08 e 09 de maio de 2014. UNIDAVI, Rio do Sul – SC Área Temática: Economia regional e urbana.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (1991) **Censo Demográfico 1991: famílias e domicílios**. Resultados das amostras. Rio de Janeiro (RJ) : IBGE, nº 22, p.1-232.

_____. (2000) **Censo Demográfico 2000: Características da população. Resultados da Amostra**. Rio de Janeiro (RJ) : IBGE, p.1-178.

_____. (2011) **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios. Resultados do universo**. Rio de Janeiro (RJ) : IBGE, 270p.

_____. (2011b) **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro (RJ) : IBGE, v. 31, p.1-135.

LEFEBVRE, H. (2008) **A revolução urbana**. – Tradução de Sérgio Martins – Belo Horizonte (MG) : Ed. UFMG, 176p.

MARICATO, E. (2000) As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O., VAINER, C. & MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis (RJ): Vozes, p. 121-192.

MENEZES, M. L. P. (2000) **Tendências atuais das migrações internas no Brasil**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Nº 69 (45), ago.

SANTA CATARINA. (2013) **Cadernos de indicadores**: Santa Catarina e suas regiões. Florianópolis (SC) : Diretoria de Planejamento Orçamentário. 189p.

_____. (2014) **SC é o Estado com menor taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes**. Disponível em: < <http://www.sc.gov.br/mais-sobre-seguranca-publica/sc-e-o-estado-com-menor-taxa-de-homicidios-a-cada-100-mil-habitantes>> Acesso em 03 de agosto de 2015.

SILVEIRA, L. H. MOREIRA, E. P. (2002) **Plano 15**: por toda Santa Catarina. Florianópolis (SC) : Plano de Governo 2003-2006.

WASELFISZ, J. J. (2014) **Mapa da Violência**: os jovens do Brasil. Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília (DF) : 189p.

Artigo recebido em março de 2015 e aprovado em julho de 2015.

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA GRANDE FLORIANÓPOLIS: ALGUNS APONTAMENTOS HISTÓRICOS E ESTATÍSTICOS

Luís Felipe Aires Magalhães¹⁶

Vitor Hugo Tonin¹⁷

Resumo: A mesorregião da Grande Florianópolis expressa um conjunto de contradições econômicas, sociais e demográficas vigentes de um modo geral em todo o Estado de Santa Catarina. Nas últimas décadas, processos de desintegração de complexos produtivos importantes nas regiões Sul e Oeste Catarinense alteraram não apenas a distribuição do valor no Estado como de sua própria população no espaço. Assim, processa-se uma concentração populacional nas cidades litorâneas de Santa Catarina, *pari passu* um esvaziamento nas mesorregiões citadas, bem como na Serrana. Além destas migrações internas, contribui para o crescimento das cidades litorâneas, particularmente aquelas que compõem a Mesorregião da Grande Florianópolis, migrações interestaduais e, até mesmo, internacionais. O crescimento populacional via migrações (no município de Florianópolis, 52% dos moradores não é natural da cidade, ao passo que 15% de sua população chegou à cidade somente entre 2005 e 2010) expressa, não apenas processos regionais de expulsão populacional, como também um processo de atração populacional na Grande Florianópolis, centrado na imersão histórica de Florianópolis enquanto uma “cidade-mercadoria”. O conceito de “cidade-mercadoria” será utilizado para ilustrar teoricamente a conversão específica de Florianópolis de espaço para objeto da valorização do capital, por meio de seu sistemático anúncio como cidade turística. Enquanto “cidade-mercadoria”, a Grande Florianópolis passa a articular dinâmicas específicas de atração população com segregação sócioespacial. A principal consequência da combinação destes processos é a elitização da região insular da cidade e o maior crescimento populacional de cidades como Biguaçu, Palhoça e São José, através da mobilidade intra-urbana na Região da Grande Florianópolis. Pretende-se, com este artigo, contribuir ao entendimento das transformações urbanas na região e o conhecimento das especificidades com as quais as suas principais cidades (Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça) relacionam-se com estas transformações.

Palavras-chave: Florianópolis; Urbanização; Segregação.

MIGRATION, DERURALIZATION, URBANIZATION AND VIOLENCE IN SANTA CATARINA STATE

Abstract: The mesoregion of Florianópolis expresses a set of economic, social and demographic contradictions prevailing in general throughout the state of Santa Catarina. In

¹⁶ Doutorando em demografia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email: lufeaires@gmail.com

¹⁷ Doutorando em desenvolvimento econômico na Universidade Estadual de Campinas UNICAMP. Email: vitorht@gmail.com

recent decades, disintegration processes of production complexes important in the South and West of Santa Catarina changed not only the distribution of value in the State as its own population in space. Thus takes place a population concentration in coastal towns of Santa Catarina, pari passu in an emptying cited mesoregions as well as in the Serrana. Apart from these internal migration contributes to the growth of coastal cities, particularly those that make up the Great Florianópolis, interstate migration and even international. Population growth via migrations (in Florianópolis, 52% of residents are not born in the city, while 15% of its population came to town only between 2005 and 2010) expresses not only regional processes of population expulsion as well as a process population attraction in Florianópolis, focused on historical immersion Florianópolis as a "city-merchandise". The concept of "city-merchandise" will be used to illustrate the theory Florianópolis specific conversion of room for capital appreciation object, through its systematic announcement as a tourist town. While "city-merchandise", the Great Florianópolis pass articulate specific dynamics of attraction population with socio-spatial segregation. The main consequence of the combination of these processes is the gentrification of the island region of the city and the largest population growth of cities like Biguaçu, Palhoça and São José, through intra-urban mobility in the Greater Florianópolis. It is intended, with this article, contribute to the understanding of urban transformations in the region and knowledge of the specifics with which its main cities (Florianópolis, São José, Palhoça and Biguaçu) relate to these transformations.

Key-words: Florianópolis; Urbanization; Segregation.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo faz uma reflexão teórica sobre o processo de segregação sócio-espacial em curso na região da Grande Florianópolis, apontando algumas de suas raízes e suas principais consequências para as condições de vida e de moradia na região. Investigamos este processo à luz do acúmulo histórico de contradições sociais e econômicas no referido espaço urbano, destacando o surgimento e o desenvolvimento de movimentos populares de luta por moradia como a outra face deste mesmo processo.

Buscaremos, ainda, apresentar algumas informações e dados estatísticos que possam confirmar as ideias apresentadas neste artigo, bem como contribuir para o entendimento das transformações urbanas e demográficas que ocorreram nas últimas décadas na região de Florianópolis, apontando especificidades entre os principais municípios desta região (Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu), em termos de dinâmica intra-urbana.

2. ORIGENS HISTÓRICAS DA SEGREGAÇÃO SÓCIOESPACIAL EM FLORIANÓPOLIS

A região da Grande Florianópolis passou por um intenso crescimento urbano nas últimas décadas, impulsionado por processos de expulsão populacional de pequenos agricultores provenientes de outras regiões catarinenses (particularmente das mesorregiões Oeste e Serrana) e outros Estados.

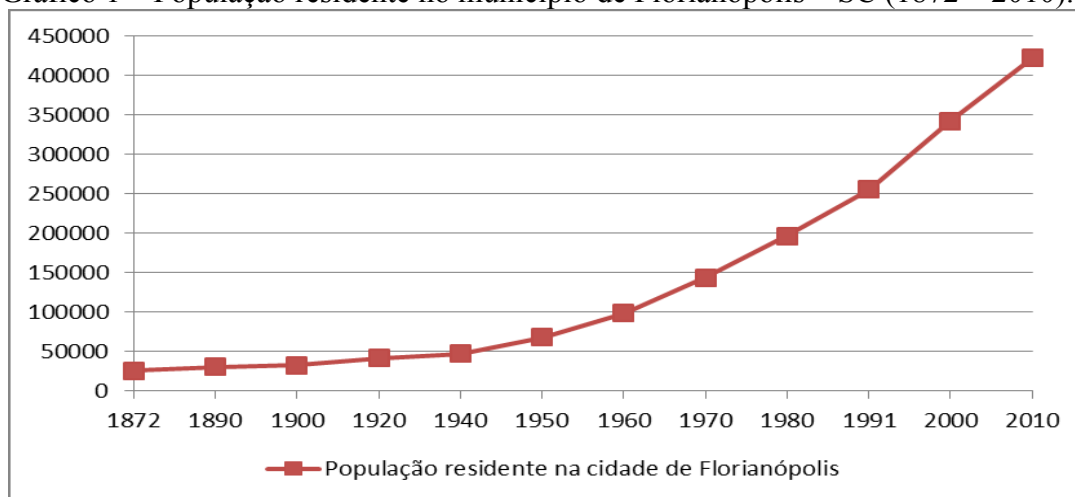
A chamada segregação sócioespacial na Grande Florianópolis não é um fenômeno recente, pelo contrário: trata-se de um processo, atualmente em curso acelerado, vigente na região desde a passagem do século XIX ao século XX, quando da ocupação da região insular da Grande Florianópolis e da pressão para que a população negra deixasse de habitar o centro da cidade. Assim, desde o início do século XX a expansão da ocupação urbana promoveu as primeiras pressões (tanto econômicas como sociais) que removeram a população pobre e negra que habitava o centro da cidade e que passou a fixar-se em áreas de encostas do Maciço Central do Morro da Cruz, num primeiro momento. “Os morros da Mariquinha e do Mocotó foram ocupados por homens e mulheres de baixa renda, sendo que muitos eram ex-escravos que trabalhavam em casas de família na área central de Florianópolis ou no mercado público da cidade” (DANTAS e VENDRAMINI, p. 159, 2011).

Nas décadas seguintes, as ideologias de higienismo urbano (já presentes em outros centros urbanos do país), promoveram a identificação e o posterior afastamento de “classes perigosas”. Escravos libertos e descendentes deles, além de imigrantes pobres, passam a sofrer pressões para sua concentração nas áreas de encostas, liberando o espaço do centro urbano para um projeto elitista de ocupação econômica e social. Nesta nova etapa qualitativa da segregação sócioespacial, o poder público assume responsabilidade importante, seja orientando seus projetos habitacionais populares para regiões afastadas do centro urbano, seja, ainda, por meio da viabilização da ocupação (desorganizada) de áreas precárias, desde que estas estivessem afastadas do centro da cidade.

A ocupação dos morros foi facilitada pelas medidas sanitárias do governo catarinense que desmatou grande parte destas áreas, justificando que a densidade das matas representaria focos de doenças infecciosas. Tal permissividade de ocupação dos morros pelo Estado, que inclusive era proprietário de grande parte destas terras, intencionava a resolução rápida do deslocamento das populações mais pobres para áreas mais escondidas da capital do Estado. Não seria exagero afirmarmos que as políticas públicas em Florianópolis incentivaram a formação de favelas, notadamente a partir da década de 1920 (DANTAS e VENDRAMINI, p. 161-162, 2011).

A população de Florianópolis cresceu à luz destes movimentos externos e internos e do acúmulo destas contradições urbanas. O gráfico 1 permite analisar a evolução desta população nas últimas décadas. Percebe-se, rapidamente, que o crescimento da população residente na cidade de Florianópolis ocorreu de forma mais intensa a partir da segunda metade do século XX.

Gráfico 1 – População residente no município de Florianópolis – SC (1872 – 2010).



Fonte: FIBGE, 2015.

Com este crescimento da ocupação do solo urbano na cidade de Florianópolis, a segregação sócioespacial avança mais uma etapa, particularmente com a opção por um acesso à ilha exclusivamente pela parte central, o que legou às gerações futuras condições precárias de mobilidade, não obstante os sucessivos aterramentos para construções viárias. Reforçando esta contradição, a veiculação de Florianópolis como “cidade-mercadoria” privilegiava os espaços de praia em detrimento do centro da cidade e construía uma narrativa da cidade em que as praias eram as belezas a ser valorizados e a ocupação dos morros, um problema a ser escondido por um véu de prédios em regiões estratégicas da cidade. Pela distância destas praias e o polinucleamento característico da cidade, esta opção indicou um terreno fértil para o modelo de mobilidade particular, sobretudo de automóveis, e abriu uma perspectiva de valorização fundiária de extensas áreas localizadas nos entornos dos acessos viários. A segregação sócioespacial reforça, com isto, os entraves à mobilidade e, conseqüentemente, à apropriação da cidade, por parte daquelas camadas subalternas da população residentes no alto e nas encostas dos morros, em regiões afastadas de mangue e dunas, ou em áreas de risco de um modo geral.

3. A CIDADE-MERCADORIA: FLORIANÓPOLIS COMO ESPAÇO E OBJETO DA VALORIZAÇÃO DO CAPITAL

A constituição de Florianópolis como cidade-mercadoria é expressão de um processo mais geral por que passa o solo urbano nesta e em outras cidades regidas pela urbanização capitalista: a conversão da terra urbana de espaço da produção de valor para objeto da valorização do capital. Este processo assume particularidades no âmbito do capitalismo dependente e promove importantes fissuras horizontais (o projeto elitista de cidade que segrega a população economicamente subalterna) e verticais (a hegemonia da fração especulativa do capital, que se apoderará do espaço urbano e constringerá as possibilidades de desenvolvimento industrial na cidade). Mas este processo também não é um fenômeno recente: no início da década de 1980, revistas de circulação nacional, especialmente a revista *Visão*, promoviam a divulgação de Florianópolis como uma cidade segura e a sua diferenciação de outras capitais brasileiras, especialmente em termos de ausência de violência urbana e abundância de belezas naturais.

A produção desta cidade-mercadoria evoluiu e refinou suas técnicas de propaganda e city-marketing: na construção da narrativa da cidade como uma ilha turística mágica, estas estratégias apropriaram-se, seja para ocultar, seja para deformar, de aspectos culturais locais. A chamada “vocação” turística (REIS, 2012) evocada e publicada nacionalmente depara-se, por sua vez, com uma condição precária de mobilidade urbana e apropriação coletiva do espaço. Esta contradição revela que o turismo em si e a cidade em termos mais gerais possuem seletividades de classe: as belezas naturais são desfrutadas por poucos, a cidade apenas pertence aos que a trafegam em seus automóveis.

A cidade passou progressivamente a ser moldada em duas dimensões interpretadas como as principais: a veicular e a de destino turístico, focando-se em atender o deslocamento eminentemente por automóvel, forjando uma lógica de planejamento como sinônimo de construção, abertura ou melhoria de estradas. Pelas estradas se pretendia chegar aos recursos, particularmente, às praias e localidades do interior da Ilha com paisagens que conquistavam catarinenses e turistas que vinham justamente para ‘desbravar’ esse paraíso cantado no hino de um pedacinho de terra que deixava de ser perdido e se encontrava em busca da inserção numa lógica maior de mercado (MARTINELLO e LENZI, p. 195, 2011).

Disto resulta que o crescimento populacional de Florianópolis, associado à apropriação do espaço pelos grupos econômicos vinculados à especulação imobiliária e ao setor de turismo, se dá em um contexto de segregação sócioespacial, espoliação urbana e

superexploração da força de trabalho. Estes três pontos associam-se entre si e promovem uma alteração na dinâmica urbana da cidade: o crescente processo de periferização não apenas vertical como também horizontal, ou seja, a expansão da ocupação de áreas ainda mais isoladas do centro urbano, nas periferias de São José e de Palhoça, especialmente. Em outras palavras, a segregação sócioespacial rompe os limites insulares; de um processo em curso no município de Florianópolis, torna-se um fenômeno social urbano capaz de organizar a vida e a ocupação do solo mesmo nas cidades mais próximas, que são incorporadas a esta dinâmica de valorização fundiária irradiada desde a ilha.

Tais processos estão diretamente associados à atração populacional exercida pela cidade-mercadoria, ou seja, à “compra” por significativos contingentes populacionais da ideia de que Florianópolis oferecerá condições privilegiadas de vida e de moradia a novos habitantes. Ideia esta que resultará em ilusão para a imensa maioria destes imigrantes. Associa-se, ainda, de forma complementar, a um conjunto de expulsões populacionais em cidades especialmente das mesorregiões Oeste e Serrana, e de estados como Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul. E atrai inclusive populações de estados e regiões mais distantes, como o Norte e o Nordeste, conforme indica a Tabela 1.

Vale ressaltar que este processo se insere em um contexto de consolidação de Santa Catarina enquanto polo de atração populacional regional (em relação aos demais estados da região Sul do país), nacional (em relação aos estados das outras grandes regiões brasileiras) e mesmo internacional (como demonstram tanto fluxos historicamente consolidados de argentinos e uruguaios como os recentes fluxos de haitianos, ganeses e senegaleses, especialmente nas mesorregiões do Vale do Itajaí, do Sul e do Oeste Catarinense. Registre-se que, serem recentes, estes não foram registrados pelo último Censo Demográfico brasileiro, de 2010).

Ainda de acordo com a referida tabela, há significativos incrementos da população residente em Santa Catarina cuja localidade de origem são os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Da região Norte, destaca-se o crescimento do volume de pessoas residentes em Santa Catarina, todavia nascidas no Pará (crescimento de 374,8%) entre os anos de 1991 e 2010. Também a população residente nascida em Rondônia passou por elevado crescimento de seu volume, de 308,15% no mesmo período analisado. Embora seja a grande região com menor população residente em Santa Catarina (12.988 pessoas segundo o Censo Demográfico de

2010), o Norte é a região de origem que obteve os maiores crescimentos nos três intervalos analisados: entre 1991 e 2000, entre 2000 e 2010, e em conjunto, entre 1991 e 2010.

Tabela 1 – População residente em Santa Catarina segundo Estado e grande região de origem (1991 – 2010):

	1991	2000	2010	% 1991-2000	% 2000-2010	% 1991-2010
Total	4542032	5357864	6248436	17,96	16,62	37,57
Região Norte	2550	5534	12988	117,02	134,69	409,33
Rondônia	687	1798	2804	161,72	55,95	308,15
Acre	130	300	529	130,77	76,33	306,92
Amazonas	430	565	1335	31,40	136,28	210,47
Roraima	79	198	2082	150,63	951,52	2535,44
Pará	1111	2405	5275	116,47	119,33	374,80
Amapá	76	66	228	-13,16	245,45	200,00
Tocantins	37	202	736	445,95	264,36	1889,19
Região Nordeste	12803	25615	59273	100,07	131,40	362,96
Maranhão	627	1348	4670	114,99	246,44	644,82
Piauí	565	1199	3804	112,21	217,26	573,27
Ceará	3057	6189	11319	102,45	82,89	270,26
Rio Grande do Norte	891	1654	2980	85,63	80,17	234,46
Paraíba	869	2063	4889	137,40	136,98	462,60
Pernambuco	2466	4607	9693	86,82	110,40	293,07
Alagoas	628	1560	4227	148,41	170,96	573,09
Sergipe	422	744	2142	76,30	187,90	407,58
Bahia	3278	6250	15550	90,67	148,80	374,37
Região Sudeste	55382	94522	147850	70,67	56,42	166,96
Minas Gerais	7749	12310	20118	58,86	63,43	159,62
Espírito Santo	966	1625	2802	68,22	72,43	190,06
Rio de Janeiro	12621	18621	25535	47,54	37,13	102,32
São Paulo	34046	61966	99395	82,01	60,40	191,94
Região Sul	4454629	5205545	5964062	16,86	14,57	33,88
Paraná	172208	278729	411178	61,86	47,52	138,77
Santa Catarina	3989677	4585542	5130746	14,94	11,89	28,60
Rio Grande do Sul	292744	341273	422139	16,58	23,70	44,20
Região Centro-Oeste	7093	13144	24776	85,31	88,50	249,30
Mato Grosso do Sul	1632	4382	9909	168,50	126,13	507,17
Mato Grosso	1692	4070	7997	140,54	96,49	372,64
Goiás	1057	2641	3772	149,86	42,82	256,86
Distrito Federal	846	2051	3098	142,43	51,05	266,19
Brasil sem especificação	1866	946	21864	-49,30	2211,21	1071,70
País estrangeiro	19150	12559	17622	-34,42	40,31	-7,98

Fonte: FIBGE, 2015.

Quanto à região Nordeste, destaca-se o crescimento da população residente em Santa Catarina de origem maranhense e piauiense (crescimentos totais de 644,82% e 573,27%,

respectivamente). É importante destacar, por outro lado, que os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco (respectivamente, primeiro, segundo e terceiro estados da região Nordeste com mais migrantes residentes em Santa Catarina), mesmo possuindo volumes populacionais residentes em Santa Catarina superiores aos demais estados da região Nordeste também obtiveram significativos crescimentos em seu volume, não apenas entre 1991 e 2010, como também entre 2000 e 2010, o que indica a continuidade deste fluxo migratório originado nestes estados rumo a Santa Catarina. O crescimento nos volumes de população residente em Santa Catarina nascida nos estados da região Nordeste indica que esta região continua, pelo menos em relação a Santa Catarina, a constituir-se enquanto fornecedora de força de trabalho, localizada esta em um contexto de produção de uma superpopulação relativa que, não obstante a melhoria dos indicadores sociais e econômicos na região e inclusive a existência de um migração de retorno desde o Sudeste do país, permanece buscando novas e melhores oportunidades de vida em outras regiões do país. Na região Nordeste como um todo e em 7 dos seus 9 estados o crescimento desta participação na população residente em Santa Catarina foi maior entre 2000 e 2010 que entre 1991 e 2000, indicando se tratar de um processo não apenas em curso como em expansão.

No que se refere à região Sudeste, percebe-se a posição de destaque ocupada pelo estado de São Paulo, o qual possui não apenas os maiores volumes da região em termos de migração a Santa Catarina como também o maior crescimento deste volume entre 1991 e 2010. Segundo o Censo Demográfico de 2010, são 99.395 pessoas que vivem em Santa Catarina e que nasceram em São Paulo, volume apenas inferior ao representado pelos estados do Paraná (411.178 paranaenses de nascimento que vivem em Santa Catarina) e do Rio Grande do Sul (422.139 pessoas nascidas no Rio Grande do Sul que, quando da aplicação do questionário do Censo Demográfico de 2010, declararam viver em Santa Catarina).

Da região Centro-Oeste, por fim, percebe-se o grande crescimento do fluxo sul-mato-grossense a Santa Catarina durante este período analisado. De segundo maior contingente em 1991, passa a ser primeiro já em 2000, e consolida sua posição no Censo de 2010. Entre 1991 e 2010, a presença de população nascida em Mato Grosso do Sul e residente em Santa Catarina cresce 507,17%. Assim como nos demais estados desta região, este crescimento se concentra mais no período entre 1991 e 2000 que entre 2000 e 2010.

Tabela 2 – População residente segundo condição de naturalidade em relação ao município e ao Estado de Santa Catarina (2010):

Estado/Município	População residente (Pessoas)	População residente (Percentual)
Santa Catarina	6248436	100
Naturais do município	3398503	54,39
Não naturais do município	2849933	45,61
Naturais da unidade da federação	5130746	82,11
Não naturais da unidade da federação	1117690	17,89
Biguaçu	58206	100
Naturais do município	33540	57,62
Não naturais do município	24666	42,38
Naturais da unidade da federação	50764	87,21
Não naturais da unidade da federação	7442	12,79
Florianópolis	421240	100
Naturais do município	201421	47,82
Não naturais do município	219819	52,18
Naturais da unidade da federação	293262	69,62
Não naturais da unidade da federação	127978	30,38
Palhoça	137334	100
Naturais do município	58608	42,68
Não naturais do município	78726	57,32
Naturais da unidade da federação	118894	86,57
Não naturais da unidade da federação	18440	13,43
São José	209804	100
Naturais do município	81708	38,95
Não naturais do município	128096	61,05
Naturais da unidade da federação	173751	82,82
Não naturais da unidade da federação	36053	17,18

Fonte: FIBGE, 2015.

Pela Tabela 2 nota-se que o município de Florianópolis possui percentuais próximos ao estadual e aos de municípios vizinhos (São José, Palhoça e Biguaçu) em termos de população residente no município que não é natural do município, ou seja, que nasceu em qualquer outro município, inclusive da mesma Unidade da Federação. O percentual de Florianópolis é de 52,18%. Os percentuais das quatro cidades estão localizados entre 42,38% (referente à Biguaçu) e 61,05% (referente à São José). Todavia, quando analisamos os dados referentes à população residente que não é natural da unidade da federação, percebemos uma importante especificidade do município de Florianópolis: a capital possui percentual de sua população que não é nascida no estado de Santa Catarina significativamente superior ao percentual catarinense e dos municípios vizinhos: 30,38%. Adiciona-se a isto que 52,18% da população residente neste município não é natural da cidade de Florianópolis.

O também elevado percentual de pessoas não naturais do município em que residem em São José e Palhoça indica outro fenômeno relacionado ao processo migratório, à especulação imobiliária e à periferização urbana horizontal, qual seja, a intensificação da mobilidade intra-urbana como promotora desta expansão da ocupação das periferias das cidades de São José e Palhoça.

A elevação da renda da terra em Florianópolis provoca crescimento do valor dos aluguéis e encarecimento do preço dos imóveis e terrenos urbanos. Estas transformações são produzidas na amplitude da cidade e adquirem caráter de contradição social e econômica (a remuneração da classe trabalhadora não permite o pagamento destes custos e o atendimento das outras necessidades de reprodução do valor desta força de trabalho) à medida que a fração imobiliária do capital e sua financeirização dominam a economia local. Dizer que o capital especulativo, imobiliário, encontra-se em posição de hegemonia no sistema capitalista significa considerar que esta fração do capital organiza não só as demais frações como também o próprio processo de produção de valor na região, condicionando as esferas governamentais a orientar recursos a seus negócios (seja pela exigência econômica e política de infraestrutura a seus empreendimentos, seja pelas formas ilegais com que grupos empresariais apropriam-se de recursos públicos na história recente da cidade¹⁸).

O chamado “projeto elitista de cidade” é o resultado destas contradições geradas historicamente. Ele atua como verdadeiro fator de “despejo branco” na cidade, pressionando parte da população da cidade a transferir sua residência para os municípios vizinhos. A mobilidade intra-urbana na região dá-se expulsando os setores sociais mais vulneráveis da ilha ao continente, impactando em crescimento demográfico em Florianópolis inferior, nas últimas décadas, à região mais periférica da Grande Florianópolis (Palhoça e Biguaçu), conforme se pode observar na Tabela 3:

¹⁸ A Operação Moeda Verde, por exemplo, foi deflagrada pela Polícia Federal em 2007, para investigar, julgar e prender envolvidos (empresas, funcionários públicos, vereadores e deputados) em esquema de falsificação de laudas ambientais, vendas de licenças ambientais e tráfico de influência para a construção de empreendimentos (residenciais, comerciais e, sobretudo, turísticos) em áreas irregulares, especialmente de mangue.

Tabela 3 – População residente e crescimento demográfico nas principais cidades da Grande Florianópolis (1991 – 2010):

	1991	2000	2010	% 1991 - 2000	% 2000 - 2010	% 1991 – 2010
Santa Catarina	4542048	5357864	6248436	17,96	16,62	37,57
Biguaçu - SC	34063	48077	58206	41,14	21,07	70,88
Florianópolis - SC	255389	342315	421240	34,04	23,06	64,94
Palhoça - SC	68430	102742	137334	50,14	33,67	100,69
São José - SC	139493	173559	209804	24,42	20,88	50,40

Fonte: FIBGE, 2015.

A pressão por que passa esta população para transferir sua residência a espaços mais distantes do centro urbano e diminuir com isto seus gastos com moradia aprofunda um elemento essencial da espoliação urbana: o distanciamento entre o local de residência e o local de trabalho. Segundo a Tabela 4, no ano de 2010, 39,72% do pessoal ocupado em Biguaçu trabalhava em outro município. Este percentual foi de 38,34% em Palhoça e de 35,35% em São José. Em Florianópolis, apenas 6,84% do pessoal ocupado trabalha em outro município.

Este distanciamento entre o local de residência e o local de trabalho adquire proporções dramáticas na medida em que o acesso entre as cidades da Grande Florianópolis passa ou cruza a malha rodoviária federal (BR-101, BR – 282 e BR 283), de modo que à distância espacial entre as cidades adiciona-se ainda o tempo gasto de deslocamento entre a residência e o trabalho em condições de constante tráfego e engarrafamento. Este tempo se dá em função do trabalho e corresponde, por consequência, a uma parcela do tempo de reprodução da classe trabalhadora que não é paga, e que viola, portanto, o valor da força de trabalho. Trata-se de uma modalidade bastante atual embora ainda pouco analisada da superexploração da força de trabalho.

Tabela 4 – Município de residência e município de trabalho do pessoal ocupado nas principais cidades da Grande Florianópolis (2010):

Município	Pessoal ocupado	Pessoal ocupado (%)
Biguaçu	29643	100
Município de residência	17527	59,13
Município de residência - no domicílio de residência	6403	21,6
Município de residência - fora do domicílio de residência	11125	37,53
Outro município	11773	39,72
País estrangeiro	4	0,01
Mais de um município ou país	338	1,14
Florianópolis	229002	100
Município de residência	210461	91,9
Município de residência - no domicílio de residência	39404	17,21
Município de residência - fora do domicílio de residência	171057	74,7
Outro município	15673	6,84
País estrangeiro	161	0,07
Mais de um município ou país	2708	1,18
Palhoça	74774	100
Município de residência	43556	58,25
Município de residência - no domicílio de residência	12598	16,85
Município de residência - fora do domicílio de residência	30958	41,4
Outro município	28666	38,34
País estrangeiro	14	0,02
Mais de um município ou país	2538	3,39
São José	117247	100
Município de residência	73180	62,42
Município de residência - no domicílio de residência	15478	13,2
Município de residência - fora do domicílio de residência	57703	49,21
Outro município	41449	35,35
País estrangeiro	7	0,01
Mais de um município ou país	2610	2,23

Fonte: FIBGE, 2015.

Considerando que a Tabela 5 refere-se ao tempo de deslocamento apenas entre a residência e o local de trabalho, o mais adequado para se pensar em termos de apropriação do tempo de trabalho e de violação do seu valor seria dobramos este tempo, pois desde que sai de sua casa até o momento em que a ela retorna, o trabalhador está envolvido em função da sua jornada diária de trabalho. Assim sendo, percebe-se que a maior parte do pessoal ocupado nestas cidades levam de 12 minutos a uma hora de deslocamento (51,09% em Biguaçu, 57,44% em Florianópolis, 50,74% em Palhoça e 57,06% em São José) e de uma hora a duas horas de deslocamento (34,15% em Biguaçu, 24,76% em Florianópolis, 29,22% em Palhoça e 28,77% em São José). Chama a atenção que quase 10% do pessoal ocupado total de Palhoça

dispende entre mais de duas horas e até quatro horas de deslocamento em função do trabalho, diariamente.

Tabela 5 – Tempo de deslocamento entre o domicílio e o local de trabalho das principais cidades da Grande Florianópolis (2010):

Município	Pessoal ocupado	Pessoal ocupado (%)
Biguaçu	22218	100
Até cinco minutos	1709	7,69
De seis minutos até meia hora	11352	51,09
Mais de meia hora até uma hora	7589	34,15
Mais de uma hora até duas horas	1450	6,53
Mais de duas horas	119	0,54
Florianópolis	180732	100
Até cinco minutos	17422	9,64
De seis minutos até meia hora	103807	57,44
Mais de meia hora até uma hora	44741	24,76
Mais de uma hora até duas horas	13603	7,53
Mais de duas horas	1159	0,64
Palhoça	56781	100
Até cinco minutos	5490	9,67
De seis minutos até meia hora	28812	50,74
Mais de meia hora até uma hora	16592	29,22
Mais de uma hora até duas horas	5538	9,75
Mais de duas horas	350	0,62
São José	96435	100
Até cinco minutos	8094	8,39
De seis minutos até meia hora	55028	57,06
Mais de meia hora até uma hora	27747	28,77
Mais de uma hora até duas horas	5265	5,46
Mais de duas horas	302	0,31

Fonte: FIBGE, 2015.

O local da moradia está no cerne das contradições apontadas até o momento: é sua localização o que condicionará o valor do aluguel, a satisfação das demais necessidades envolvidas na reposição do desgaste da força de trabalho, as possibilidades de aquisição da casa própria, a distância entre a casa e o trabalho e o tanto do valor da força de trabalho que será violado e apropriado no tempo de deslocamento entre a casa e o trabalho. Sob um projeto elitista de cidade em curso, estes elementos têm sido todos depreciados, resultando em uma elevação da espoliação urbana e da superexploração da força de trabalho. De outro lado, as possibilidades de financiamento estatal da moradia própria, sobretudo do Programa Minha Casa Minha Vida, além de não conferirem prioridade às camadas mais subalternas (na

linguagem e metodologia do Programa, as chamadas classes de rendimento de 0 a 3 salários mínimos, a maior parte do déficit habitacional existente) ainda conferem às construtoras o poder de definição da localização dos imóveis. Com isto, mais que resolver, agrava os problemas elencados acima. A produção das contradições urbanas tem sido, então, a produção mesma dos fatores que põem a mobilidade humana (mobilidade nas dimensões internacionais, estaduais e intra-urbanas) a serviço do projeto capitalista de cidade. As lutas por moradia, por transporte público de qualidade, por vias que não privilegiem o transporte privado e por melhores condições de saneamento básico, são, em essência, lutas contra o modelo de cidade vigente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos apresentar as raízes históricas do processo de segregação sócioespacial na região da Grande Florianópolis, desde as pressões para que a população negra abandonasse o centro e ocupasse a área de encosta dos morros da cidade, até a produção organizada da cidade enquanto cidade-mercadoria, que consagra a conversão do solo urbano de espaço de valorização do capital para objeto de valorização do capital, e que contribui à elevação da renda da terra e à segregação sócioespacial.

Dado que esta dinâmica extrapola os limites territoriais da ilha e, ao organizar a acumulação capitalista na cidade de Florianópolis incide decisivamente sobre as cidades próximas, fomos levados a trabalhar ora com a unidade espacial do município, ora com a unidade espacial da mesorregião, dando prioridade nesta às quatro cidades mais populosas: Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu.

Nesta análise, ainda que brevemente, apresentamos dados censitários importantes para o entendimento da realidade social e demográfica na região da Grande Florianópolis. Optamos por aqueles dados que melhor expressam as condições de mobilidade, de origem e de trabalho da população residente nos municípios analisados. Ao fazê-lo, notamos não apenas transformações importantes, como o intenso crescimento populacional de Florianópolis na segunda metade do século XX, como também diferenças entre os municípios que nos dizem muito sobre a posição deles na dinâmica da mobilidade intra-urbana, como os elevados percentuais de pessoas que residem em um município mas trabalham fora dele em Biguaçu, Palhoça e São José e o crescimento demográfico mais acentuado por que passaram Palhoça e Biguaçu nas últimas duas décadas. Vimos, nestas informações, expressões da

concentração populacional na periferia da região da Grande Florianópolis, operacionalizada pelo processo de segregação sócio-espacial.

Consideramos, por fim, que este artigo abre espaço para importantes e necessárias reflexões, de modo a dar conteúdo mais definido ao que chamamos de segregação sócioespacial e o modelo elitista de cidade: reflexões sobre as reações e resistências a estes processos em curso. Pautas reivindicativas de movimentos sociais e organizações populares, como moradia digna, transporte público de qualidade, saneamento básico adequado, preservação do solo urbano e dos espaços públicos de lazer, não devem parecer exógenos à dinâmica urbana. Pelo contrário, são a outra face – a da resistência – do processo de acúmulo das contradições sociais urbanas na Grande Florianópolis desde a passagem do século XIX ao século XX. A análise destas pautas reivindicativas contribuiria ao estudo da cidade, pois iluminaria as estruturas de poder vigentes (como, por exemplo, o histórico das concessões de terras públicas a particulares), assim como as conjunturas de transformação que priorizamos neste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DANTAS, Jéferson, VENDRAMINI, Célia Cecília. Comunidades dos morros em Florianópolis: ocupação, presença estatal e a constituição do Fórum do Morro da Cruz.

In: DIAS, Vera Lucia Nehls, PET GEOGRAFIA (Orgs.). **Cadernos do Observatório Geográfico da Grande Florianópolis do PET Geografia UDESC**. V. 1, 2011, pp. 151-185.

FIBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2000 e 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>. Acesso em: jan. 2015.

Florianópolis Travel Coverage. **The New Yor Times**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/travel/guides/central-and-south-america/brazil/florianopolis/overview.html>. Acesso em: jan. 2015.

MARTINELLO, André Souza, LENZI, Maria Helena. Florianópolis e as excepcionalidades do não planejar: imagens e política da “capital dos catarinenses”. In:

DIAS, Vera Lucia Nehls, PET GEOGRAFIA (Orgs.). **Cadernos do Observatório Geográfico da Grande Florianópolis do PET Geografia UDESC**. V. 1, 2011, pp. 186-206.

REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina. Permanências e transformações**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012.

Artigo recebido em abril de 2015 e aprovado em julho de 2015.